

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

ROBERT FILIPE DOS PASSOS

A POTÊNCIA DO EXTENSIONAR: REFLEXÕES SOBRE ENCONTROS POSSÍVEIS
ENTRE UNIVERSIDADE E COMUNIDADE

PORTO ALEGRE

2015

ROBERT FILIPE DOS PASSOS

**A POTÊNCIA DO EXTENSIONAR:
reflexões sobre encontros possíveis entre a
universidade e a comunidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Azevedo Neves da Silva

Porto Alegre

2015

Robert Filipe dos Passos

**A POTÊNCIA DO EXTENSIONAR:
reflexões sobre encontros possíveis entre a
universidade e a comunidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Aprovada em: _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosane Azevedo Neves da Silva (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Adolfo Pizzinato
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Profa. Dra. Cleci Maraschin
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Profa. Dra. Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação passa longe de ser um trabalho individual. Sentar na cadeira da mesa da sala, de frente para o computador, e trabalhar nessa escrita é um movimento mínimo, parcial, que perde a centralidade neste processo quando é pensada a partir da coletividade que o fez ser possível. As conversas despreziosas que desataram nós no pensamento, as várias ausências toleradas, os “pensamentos positivos” recebidos, dicas, orientações e acolhidas, todos estes são elementos que possuem uma irreduzível importância nessa construção. É necessário, portanto, agradecer aos construtores “ocultos” deste trabalho do qual sou o autor formal, sujeitos estes que estiveram permanentemente presentes nesta trajetória, fisicamente, em pensamento, afetivamente. Sou neste processo um elo de associação conduzindo forças criadoras entre esta rede que circula ideias e afetos e a escrita deste trabalho em si.

Agradeço a minha mãe e ao meu irmão, que formam uma família pequena e tímida vista de fora, e uma fortaleza indestrutível sentida por dentro, vocês são e sempre serão meu porto seguro. Agradeço a meus amigos, que neste tempo sempre demonstraram uma convicção que nem eu mesmo tenho acerca do que sou capaz de alcançar, viver é muito mais divertido e leve com vocês. Agradeço aos colegas de trabalho na extensão, que também são grandes amigos, por possibilitar e apoiar incondicionalmente minhas ausências, pelo carinho e palavras de incentivo nas horas difíceis, pela alegria sincera nos momentos felizes. Agradeço também aos meus colegas de orientação, pelas sugestões, pelas críticas, pelas acolhidas e valiosas trocas de experiências, e em especial, a minha orientadora, pela eterna paciência, pela compreensão, pelos ensinamentos valiosos e pela aposta neste projeto.

Agradeço profundamente a Iza, e a partir dela todas essas pessoas que pacientemente nos recebem, nos ensinam e apostam no trabalho em extensão como uma possibilidade de mudança e movimento na universidade e nas comunidades.

Por fim, agradeço aquela que desde quando tudo isso era apenas sonho e desejo tem estado constantemente presente neste processo, minha companheira Marina. Obrigado pelo carinho, pela paciência, pela escuta, pelos infinitos acolhimentos, pelas muitas contribuições de conteúdo que só você é capaz de dar, pelo amor condicional que tornou isso possível, enfim, por ser esta mulher indescritível que tu é. Você me faz melhor, te amo imensamente!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo problematizar a relação universidade – comunidade produzindo uma reflexão sobre as práticas extensionistas, partindo da análise de uma experiência de extensão que possibilitou o questionamento sobre os múltiplos sentidos aí implicados. Inicialmente serão apresentadas algumas “linhas de composição” das práticas de extensão em diferentes contextos históricos. Serão consideradas três grandes linhas de composição caracterizadas, respectivamente, como assistencialista, desenvolvimentista e marxista, assim como o hibridismo destas linhas que marca as experiências de extensão brasileiras. Também serão apresentadas as principais diretrizes que norteiam as ações de extensão nas universidades públicas e comunitárias na atualidade. A estratégia metodológica utilizada consiste em analisar descontinuidades e diferenças em distintos contextos, buscando-se desnaturalizar algumas verdades estabelecidas acerca da extensão. Serão retomados elementos do pensamento freiriano sobre estas práticas a partir da obra “Extensão ou comunicação?”, considerando os limites e as possibilidades da proposição freiriana/marxista para a extensão. Por fim, destacam-se as contribuições de autores contemporâneos para pensar a condição acontecimental constitutiva da relação entre universidade e comunidade, considerando uma ética da atenção nas práticas extensionistas.

Palavras-chave: Extensão universitária; universidade; comunidade.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the university – community's relationship, producing a reflection about extension practices based on a extension experience analysis that allowed the questioning of the multiple senses involved. Initially it will presented some extension practices's „composition lines“ in different historical contexts. Will be considered three main characterized lines of composition respectively as welfarist, developmental and Marxist, as well as the hybridity of these lines that mark the Brazilian extension experiences. Also will be presented the main guidelines that lead the extension actions in public universities and community today. The methodological strategy used is to analyze discontinuities and differences between contexts, searching for denature some established truths about the extension. It will resumed elements from the Freirian thoughts on these practices from the book "Extension or communication?", Considering the limits and possibilities of Freirian / Marxist proposition for the extension. Finally, highlight the contributions of contemporary authors to think the constitutive eventual condition of the relationship between university and community, considering the ethics of attention in extension practices.

Keywords: Continuing education; university; community

SUMÁRIO

1. Sobre as linhas de composição da extensão.....	8
1.1 Estranhar é encontrar.....	8
1.2. A emergência das práticas de Extensão Universitária.....	11
1.2.1. A linha de composição assistencialista.....	12
1.2.2. A linha de composição desenvolvimentista.....	15
1.2.3. A linha de composição marxista.....	19
1.2.4. Uma extensão híbrida: as experiências brasileiras.....	22
1.3 Acerca da função política e formal dos fóruns de extensão.....	27
2. Movimentos para fora da extensão.....	38
2.1. Um extensionista cansado.....	38
2.2. Sobre trabalhar, militar e pesquisar.....	40
2.2.1. Movimento para fora da instituição.....	44
2.2.2. Movimento para fora da função.....	51
2.2.3. Movimento para fora do objeto.....	57
3. O que dizer sobre extensão depois de freire?.....	61
3.1 Sobre a obra “Extensão ou comunicação?”.....	63
3.2. Extensão é comunicação?.....	68
4. Os movimentos minoritários da extensão.....	80
4.1 Linhas molares e fluxos moleculares da extensão.....	80
4.2. <i>Nós e Eles</i> somos infinitamente heterogêneos.....	89
4.3. Existem dimensões táticas e estratégicas nos comundo.....	91
4.4. Nossos encontros são acontecimentais.....	95
5. Uma possível finalização desta análise.....	100
6. Referências.....	104

1. SOBRE AS LINHAS DE COMPOSIÇÃO DA EXTENSÃO

1.1 Estranhar é encontrar

Estávamos em oito: quatro membros da equipe da universidade, quatro mulheres da associação. A sala em que nos encontrávamos era uma garagem adaptada, multifuncional. Ao redor, máquinas de costura, artesanatos dos mais diversos tipos, um quadro negro com algumas passagens bíblicas, dois ou três gatos que transitavam com intimidade. Era neste espaço que se confeccionavam as cadernetas produzidas pela associação das mulheres. Era também ali onde a dona da casa realizava outro trabalho como costureira. Ainda, aos sábados, este mesmo lugar transformava-se em sala de aula para algumas crianças da vila, serviço voluntário que a mesma prestava para a igreja como catequista.

Ambiente agradável e acolhedor, a sala de produção da associação sempre dava o tom dos trabalhos. Um misto de informalidade, cuidado mútuo, diálogo e defesa convicta de ideias, seja do quarteto de *lá* quanto do de *cá*.

Naquela tarde, o *nosso* quarteto realizava mais uma tentativa de convencê-las, a partir de vários artifícios, a realizarem mudanças na produção de suas cadernetas. Nossos argumentos de base filosófica acerca da estética do produto não as convenciam; os exemplos, justificativas e métodos da professora de Artes Visuais de nada adiantavam; nossa tentativa de *qualificação* do produto estava fadada ao fracasso.

As cadernetas produzidas com material reciclado respeitavam as características de produtos advindos de grupos que trabalham na perspectiva da Economia Solidária. A associação, no seu próprio processo de trabalho, buscava trabalhar na lógica da solidariedade. Este fato por si só já garantia um certo mercado para os produtos, gerando uma renda significativa, porém, que não permitia às envolvidas sustentarem-se somente com este trabalho.

Neste contexto, o debate que realizávamos com as mulheres da associação não dizia respeito somente às cadernetas produzidas. Não queríamos somente a retirada dos

adesivos do Ben-10 e do Homem Aranha das capas, mesmo sabendo do argumento que “eram estas as que mais vendiam na vila”. Ao mesmo tempo em que sugeríamos a elas que embelezassem as cadernetas com pinturas artesanais, queríamos também *transformar* as vidas destas mulheres. Desejávamos outra estética para a própria associação, uma amplitude maior, capaz de transbordar o território da vila para a cidade como um todo. O *nosso* intuito era de que este trabalho passasse de renda complementar para a possibilidade de sustento por meio de um “trabalho decente¹”.

Os trabalhos formais destas mulheres eram serviços tipicamente destinados à pobreza, por isso avistávamos na Economia Solidária outra alternativa econômica, capaz de colocá-las em condições de trabalho menos precárias. Aquele momento do grupo parecia fundamental para este intento, *ossos* esforços estavam inteiramente voltados para esta possibilidade.

Apostar neste empreendimento era de certa forma recusar o mundo da forma como ele está estabelecido, no qual constantemente se reafirmam quais modos de vida estas mulheres podem ou não ter. Para *elas*, talvez, o empreendimento também tivesse o mesmo sentido e, de fato, ele parecia ter, porém, o peso dessa constatação para cada quarteto parecia ser absolutamente distinto.

Na perspectiva da universidade, tratava-se de uma questão lógica: era racionalmente inquestionável a importância deste empreendimento para a *transformação* da vida daquelas mulheres. A “busca pela transformação social” estava totalmente concatenada com os objetivos tácitos de qualquer prática de extensão universitária contemporânea. Em uma perspectiva de fora, não universitária, em especial a partir da vida destas mulheres/*público alvo*, tratava-se de uma invasão, uma tentativa coercitiva de decisão sobre vidas alheias, uso de um saber/poder por especialistas, que trazem aos “carentes de conhecimento” a mais nova inovação acadêmica, a “incubação de projetos solidários”.

Tendo este panorama em vista, o resultado da nossa *intervenção* era o recebimento de um redondo não. A recusa do grupo às nossas intervenções manifestava-

¹ Trabalho decente é um conceito utilizado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, e assimilado pela Economia Solidária, que busca diferenciar ocupações que se dão em condições saudáveis e dignas. Trabalho decente seria um conceito antagônico ao de trabalho precário.

se a partir de sorrisos educados, trocas de olhares cúmplices e silêncios prolongados. Porém, apesar da delicadeza das mulheres ao refutarem nossa proposta, a mensagem que a postura delas provocava ecoava em alto e bom som, martelavam a resposta que ficava cada vez mais evidente: não, obrigado, o limite entre *nós* e *vocês* é este. Sobre a nossa vida, nós mesmas decidimos.

O ato de rebeldia das mulheres da associação, recusando alterarem seu produto e, ao mesmo tempo, negando ocuparem o lugar que insistíamos em instituir a elas, foi fundamental para que algo *acontecesse*. Algo que nem de perto era o que esperávamos. De fato, a transformação que este evento começava a atualizar era o da desterritorialização de uma prática, mas não a de trabalho das mulheres ou do seu modo de vida, e sim a nossa própria forma de pensar e fazer extensão. O estranhamento que esta experiência produziu foi o que nos possibilitou colocar em análise a própria intervenção da equipe e os sentidos contidos nesta prática.

Tal estranhamento desencadeava um processo de descristalização de um fazer há muito tempo posto. Nossas práticas aos poucos iam ganhando inúmeras dúvidas, incertezas, vazios. Estas lacunas conceituais, metodológicas e afetivas provocadas pela recusa da comunidade em aceitar passivamente nossa intervenção, acabaram por estabelecer pistas para a criação de outros sentidos possíveis para estas práticas.

Este estranhamento, por fim, provocou uma certa necessidade de colocar em suspensão as nossas práticas e o sentido da própria extensão, servindo como disparador e propulsor de uma vontade investigativa acerca destas relações estabelecidas entre universidade e comunidade.

No intuito de dar vazão e potência a este querer saber “como e com”, o exercício necessário agora parece ser o de debruçar-se sobre estes “não sentidos” da extensão. É preciso buscar elementos que contribuam para entendermos como estas práticas se constituem nos formatos que possuem atualmente, quais são suas funções, os elementos que as compõem e as posturas assumidas pelos diferentes sujeitos envolvidos na extensão universitária. O esforço aqui é o de colocar em questão esta relação que, apesar de estar sempre sendo evocada, parece efetivamente estar bastante naturalizada. Afinal, o que as relações estabelecidas entre universidade e comunidade podem dizer sobre a extensão

universitária?

1.2 A emergência das práticas de Extensão Universitária

Para pensar estas relações entre universidade e comunidade, faz-se necessário realizar uma busca de elementos que possam demonstrar com maior precisão quais sentidos da extensão sofreram certa naturalização. Na tentativa de entender um pouco melhor o estabelecimento destas práticas com as características que possuem hoje, apresento de forma muito sucinta um mapeamento das perspectivas de extensão que ganharam corpo em diversos momentos e lugares.

Ao realizar tal mapeamento, não tenho a pretensão de remontar uma linha histórica das práticas de extensão. Ao contrário, o procedimento aqui busca meramente levantar algumas “linhas de composição da extensão”, com o intuito de elencar certos elementos que possam evidenciar estas práticas em variadas formas e contextos. Tais linhas são elementos identificados em buscas bibliográficas realizadas sobre extensão. Faz-se importante salientar que há um número escasso de produções sobre este tema, sobretudo acerca de aspectos históricos destas práticas.

A tentativa, ou meramente a inspiração deste intento, é a de “expor a historicidade dos acontecimentos, objetos e relações de forma crítica, analisar discontinuidades e diferenças entre experiências históricas, assinalando rupturas, desvios de trajeto, bifurcações, encobrimentos.” (PRADO-FILHO, 2012).

Assim, irei descrever o que provisoriamente denominarei de “modos maiores” de pensar/fazer extensão. Cada uma delas se dá em diferentes tempos e lugares, e dizem respeito as suas primeiras aparições em formatos mais ou menos delimitados. Como poderemos evidenciar mais adiante, estes elementos de composição da extensão, que ao longo do tempo foram encontrando condições de emergirem enquanto práticas, são também “linhas de conexão” com experiências atuais, sejam estas conexões diretamente ou inversamente colocadas.

Estas linhas de composição, dentre outros aspectos, falam das formas de relação estabelecidas entre universidade e comunidade, assim como podem dar pistas acerca das características de estados e universidades de cada período e lugar. Delinearei, portanto, aspectos da extensão universitária nestas três linhas maiores para, posteriormente, colocar em análise qual é a relação de cada uma delas com a forma destas práticas se darem atualmente no Brasil.

1.2.1. A linha de composição assistencialista

Na Europa do final do século XIX, tornava-se cada vez mais comum que universitários realizassem atividades junto a grupos sociais periféricos, tais práticas seriam posteriormente denominadas *universidades populares*. O objetivo destas ações era o de *disseminar conhecimentos técnico-científicos* (MELO NETO, 2014), produzidos na/pela universidade e que até então não chegavam a determinadas *camadas da população*².

Estas ações surgem praticamente simultaneamente em dois lugares da Inglaterra: a partir de cursos de extensão abertos a todos os públicos em Cambridge; e em atividades oferecidas pela universidade de Oxford, junto a movimentos sociais provenientes de *bolsões de pobreza* de Londres (DE PAULA, 2013).

É consenso entre diversos autores que estas experiências são as primeiras práticas que podem ser nomeadas como extensão universitária na história da universidade ocidental moderna (MELO NETO, 2014; MENDES; CARVALHO, 2009; DE PAULA, 2013).

Mendes e Carvalho afirmam que estas ações foram realizadas, em um primeiro momento, por grupos anarquistas autônomos ingleses e franceses, para que posteriormente experiências semelhantes fossem espalhadas por toda a Europa (2009).

² No decorrer do texto utilizarei diversos termos para nomear as pessoas externas à universidade, que são o foco das intervenções em extensão. Optei por manter os termos utilizados pelos autores dos quais estiver fazendo uso, justamente para demonstrar a miscelânea de adjetivos utilizados neste esforço de nomeação, e a dificuldade inclusive de linguagem que esta tarefa possui.

De modo geral, a busca da disseminação do conhecimento acadêmico para *classes populares* era a maior característica destas práticas.

Melo Neto (2014) define tais experiências como ações organizadas por um conjunto de intelectuais que, mesmo desejosos de “servir ao *povo*” - leia-se povo enquanto grupos/comunidades pobres -, eram incapazes de compreender a forma de vida destes sujeitos. O estabelecimento dessa relação, nessas condições, acabou definindo desde aí diferentes lugares para os sujeitos envolvidos nestas práticas. A postura dos universitários aqui era de dominação a partir de saberes específicos, daqueles que levavam seus conhecimentos ao povo, que até então não possuíam condições de acessar esses saberes.

Estas ações, para De Paula (2013), dentre outras que surgiram na Europa neste período, seriam tentativas de resposta às contradições sociais que se estabeleciam e exacerbavam, efeito do próprio desenvolvimento do capitalismo.

Datam deste período as primeiras organizações e mobilizações de segmentos historicamente marginalizados, que passariam a receber forte influência do pensamento socialista. Considerando este contexto, De Paula (2013) entende as práticas de disseminação de conhecimento como parte de certo “programa” que tinha o propósito de apaziguar conflitos sociais. Afinal, de forma cada vez mais organizada, estes grupos começavam a trazer à tona as contradições da sociedade europeia.

Ainda na perspectiva deste autor, uma resposta apaziguadora que surgiu neste contexto foi o fortalecimento da corrente do pensamento socialista cristão. Esta perspectiva tinha como mote central de suas práticas a busca pela mediação entre as partes. Tais práticas, ao mesmo tempo em que atendiam parcialmente as reivindicações dos trabalhadores, evitavam colocar em cheque o modelo de sociedade estabelecido nestes países. Ao não questionarem o modo de funcionamento da sociedade, acabando assim contribuindo com a preservação dos interesses do capitalismo em ascensão (Ibidem).

Em sintonia com este programa de amenização das contradições, associado à produção de condições para o desenvolvimento do capitalismo, há outro elemento que marcaria a Europa neste período e posteriormente os demais países ocidentais. Durante a

transição entre os séculos XIX e XX, o governo Bismarck na Alemanha propôs um conjunto de políticas sociais que balizariam a constituição do que seria conhecido como Estado do Bem-estar Social.

Este modelo de estado generalizou-se pela Europa e o mundo durante o século XX, assumindo uma função decisiva na consolidação do capitalismo nestes países. De forma bastante sintética, a definição do *Welfare State* seria a de que o “Estado de Bem-estar é o resultado institucional da adoção por parte da sociedade da responsabilidade legal, e, portanto, formal e explícita, do bem-estar básico de todos os seus membros.” (DE PAULA, 2013, p. 4).

O Estado, nessa perspectiva, passa a preocupar-se em oferecer políticas que atendam as demandas sociais, ao mesmo tempo em que buscava uma certa neutralização de quaisquer reivindicações vindas das *classes populares*. É neste contexto que a universidade passa a propor ações de aplicação da ciência, marcadas pelo assistencialismo junto a estas populações, acoplando-se de forma complementar às funções do Estado (Ibidem).

O oferecimento de assistência garantida em lei àqueles que sofriam os efeitos negativos mais contundentes do desenvolvimento do capitalismo, segundo De Paula (2013), tinha muito pouco a ver com uma concepção socialista. Estas ações pretendiam funcionar muito mais como antídoto às insurgências sociais do que enquanto estratégia de suprimimento das demandas destas *classes*. O escopo do socialismo cristão, que de certa maneira foi incorporado pelo Estado do Bem-Estar Social, pouco garantia em avanços nas condições de vida da *classe operária* e no combate à pobreza em geral.

Melo Neto (2014) salienta que tais ações, sejam elas realizadas a partir das universidades quanto pelo próprio Estado, não foram capazes de desacelerar as pressões realizadas pela *classe operária*, a ponto de bloquear a intensificação progressiva destas reivindicações.

Apesar de universidade e estado cumprirem funções semelhantes neste âmbito, não há um consenso nos modos de operar entre ambos. O modelo de universidade hegemônico, neste período da Europa, buscava guardar certa liberdade para si, uma autonomia não vigiada. Tal autonomia seria capaz de estabelecer um espaço livre, e em

certo sentido, neutro de implicações “impuras”, a fim de ocupar-se unicamente da sua “razão de ser”. Esta razão de ser, de forte inspiração kantiana, é descrita por Derrida (1999) no trecho seguinte:

A universidade está aí para dizer o verdadeiro, para julgar, para criticar no sentido mais rigoroso do termo, a saber, para discernir e decidir entre o verdadeiro e o falso; e, se ela também está habilitada a decidir entre o justo e o injusto, o moral e o imoral, é porque a razão e a liberdade de juízo estão implicados (p. 102).

A razão e a liberdade de juízo, ou o princípio da razão pura, com seu condicionante direto, uma autonomia que expressa a liberdade da universidade de buscar a verdade.

É uma universidade com esta perspectiva que irá ao encontro da comunidade na Europa dos primórdios do *Welfare State*. Uma universidade que mescla sua inspiração filosófica kantiana com a insígnia cristã gravada na alma, repleta de razão e compaixão. São estes sujeitos que decidem, a partir da sua autonomia, levar este conhecimento “puro” e “verdadeiro” para além de seus muros, contribuindo com as funções do Estado e os pressupostos cristãos.

De todo modo, tais práticas já evidenciavam a produção de um território existencial para a extensão. O conceito produzido e produtor aqui é o de que fazer extensão é levar conhecimento aos *bolsões de pobreza*, ao lugar onde sobre-vivem as *classes populares*, sendo estas sempre o *alvo* de investigações, intervenções e demais formas de objetificação de grupos e sujeitos. Desde a Europa do século XIX até o século XXI, as *camadas sociais menos favorecidas* têm sido objeto de generosas doses do assistencialismo benevolente cristão associado a funções sociais da universidade.

1.2.2. A linha de composição desenvolvimentista

Nos Estados Unidos, as primeiras experiências de extensão já possuíam

características próprias, destoando daquele formato que havia surgido na Europa. Enquanto no Velho Continente a extensão surgia a partir de movimentos pautados por movimentos universitários relativamente autônomos, nos Estados Unidos as ações surgiram de iniciativas diretamente vinculadas aos interesses do Estado.

As experiências neste país, sobretudo aquelas realizadas na zona rural, eram caracterizadas por práticas no formato de prestação de serviços, estabelecendo ações marcadas por um “*fazer para/por*” (MENDES; CARVALHO, 2009).

As ações aqui buscavam dar conta de questões inerentes ao desenvolvimento do país, obviamente relacionadas ao desenvolvimento econômico do mesmo. Esta concepção de extensão caracterizou-se também pela aposta em estratégias de transferência de tecnologias. Por conta disso, a extensão neste formato norte americano buscava estabelecer maiores aproximações da universidade com o setor industrial, em detrimento de um envolvimento e atendimento de demandas das populações marginalizadas (ibidem).

O que estava em jogo nestas práticas não era a benevolência, como na Europa, mas o trabalho. A ética protestante, como explicitou Weber em sua obra “A ética protestante e a origem do capitalismo” (1930/2007), vinculava diretamente o trabalho como elemento dignificante da vida, a produção de riqueza como prosperidade aos olhos de Deus, e, neste sentido, a prática de extensão teria mais a ver com a capacidade de ampliar as formas de desenvolvimento do trabalho do que um modo de retribuição às benesses divinas.

Tendo isso em vista, esta perspectiva de extensão parece não se interessar por práticas assistencialistas voltadas à atuação junto a grupos empobrecidos, e sim pelas condições de produção e ampliação do desenvolvimento da nação, e, por consequência, da população. A função da universidade e da extensão no modelo norte-americano é a de desenvolver os diversos setores industriais, impulsionando assim a economia do país (Ibidem).

Porém, apesar de o público das ações de extensão ser diferente daquele delimitado pelas práticas europeias, havia ações junto a comunidades pobres. Neste contexto, a comunidade não se fazia partícipe enquanto *público-alvo* das ações, pois não havia

nenhuma pretensão de instrução reflexiva, tampouco qualquer caráter de caridade nas práticas estabelecidas. O foco destas ações estava desde já delimitado sob a ordem do desenvolvimento, amparando-se em ferramentas preponderantemente tecnológicas.

Nesta lógica, a função da universidade e do estado, cada um a seu modo, era a de criar condições de desenvolvimento para que o país crescesse. Nesta perspectiva, tal objetivo não seria alcançado provocando popularização do saber universitário via extensão, como pretendeu o modelo europeu.

A intenção aqui era subsidiar, transferir a estes grupos as ferramentas “certas” para que estes pudessem se desenvolver. Ora, se a universidade produz conhecimento para contribuir com o desenvolvimento, a função da extensão é a de transferir tais tecnologias e de prestar serviços ao/pelo estado.

Derrida em sua obra “O olho da universidade” (1999), ao realizar uma crítica ao modelo de universidade estabelecido nos EUA, afirma que este “é análogo à sociedade” (p. 86), sendo sua estrutura e funcionamento a expressão daquilo que somos enquanto “corpo social”. Portanto, deveríamos pensar na universidade como análoga a uma sociedade pautada pelo desenvolvimento econômico, ou pela “sociedade industrial” (Ibidem), modelo esse que acabara influenciando de modo contundente a forma da academia se organizar.

Derrida afirma ainda que a ciência produzida por este modelo de universidade também se assemelha à indústria, onde “os professores seriam como *depositários*, juntos formariam uma espécie de essência ou de entidade coletiva científica que teria sua autonomia” (Ibidem, p. 86). Autonomia esta, segundo o autor, extremamente relativa, considerando os efeitos ético-políticos de suas produções.

Esta extensão que surge nos EUA enquanto componente de certo território e prática da universidade possui como seu principal elemento a marca do modelo desenvolvimentista-tecnicista na sua lógica de funcionamento. As ações de extensão deste modelo de universidade também dão sua contribuição para a produção de uma subjetividade sustentada pela lógica desenvolvimentista capitalística. O extensionista, assim, afirma-se como aquele que contribui para a transferência destas tecnologias de desenvolvimento, bem como quem presta serviços de Estado complementares para a

população.

Este modelo de extensão, que é também parte integrante do modelo da universidade norte-americana, contribuiu significativamente para fortalecer a ideia de universidade “útil”. A noção de útil aqui pretende afirmar justamente o caráter utilitarista deste modelo de universidade, expressa pela busca de responder demandas do estado. A universidade aqui é componente do Estado; peça fundamental da linha de produção de desenvolvimento do capital e de sua lógica liberal.

Podemos identificar facilmente o contraste estabelecido entre os modelos de universidade europeu e norte-americano, principalmente a partir das relações estabelecidas com o Estado e com as comunidades.

A extensão, por sua vez, nos dois modelos apresentados, guarda em si uma característica de ambiguidade. O surgimento destas práticas parece sempre se dar com o intuito de romper com distanciamentos entre a produção de conhecimento na universidade e necessidades sociais, passando pelo acesso ou não a estes saberes. O mote principal (e oficial) é o de beneficiar grupos ou o estado em si, ao mesmo tempo em que “torna útil” ou amplifica a “capacidade de aplicabilidade” dos conhecimentos produzidos na universidade.

Junto a isso, em ambos os modelos é possível identificar uma função mais ou menos explícita. A universidade, por meio da extensão, realiza um acoplamento ao Estado, auxiliando na resposta às demandas sociais (seja por meio da caridade, da prestação de serviço ou da transferência de tecnologias), ao mesmo tempo, dificilmente tais práticas provocam tensionamento na lógica de organização social estabelecida como ela mesma sendo produtora de contradições sociais.

Em ambas as experiências apresentadas, o duplo movimento da extensão é este: na medida em que busca soluções sempre remediadoras para demandas sociais, promove práticas que submetem as pessoas ao saber universitário, ao conhecimento científico, deslegitimando modos de vida que destoem do modelo hegemônico legitimado entre universidade-estado.

1.2.3. A linha de composição marxista

É na América Latina do início do século XX que teremos o surgimento de práticas de extensão em um formato mais crítico à sociedade. O Movimento de Córdoba, em 1918, mobilização que estabeleceu uma greve geral de estudantes em uma das universidades mais tradicionais e conservadoras da Argentina, acabou por ser uma marca na história universitária latino-americana. As questões colocadas por este Movimento provocaram diversas mudanças nas universidades latinas, e, por consequência, acabariam possibilitando a emergência de um novo formato de extensão.

Em um primeiro momento, as críticas realizadas ao modelo de universidade catedrático não estavam longe daquelas já realizadas na Europa. Exemplo disso é que o Manifesto de Córdoba, publicado pelos estudantes grevistas trazia como proposição de reforma do ensino superior a necessidade de abertura desta para a sociedade, bem como de divulgar a cultura universitária para as classes populares (MELO NETO, 2014).

Melo Neto (2014) salienta que ao analisarmos o movimento de Córdoba devemos entender como seus condicionantes tanto o contexto latino-americano e global das lutas anti-imperialistas, quanto o momento argentino de fortalecimento da república. Córdoba era considerada na época um reduto do pensamento conservador, que com grande atraso incorporava as reformas que vinham acontecendo em todo o país. Conservadorismo este expresso no modelo da Universidade de Córdoba, que mantinha um formato essencialmente reprodutor de uma tradição catedrática europeia de se pensar o ensino e a ciência.

A expressão do repúdio a este modelo de universidade pode ser evidenciada no trecho que segue do “Manifesto liminar da juventude argentina de Córdoba aos homens livres da América” (1918), no qual os grevistas afirmam o seguinte:

As universidades foram até aqui o refúgio secular dos medíocres, a renda dos ignorantes, a hospitalização segura dos inválidos e - o que é ainda pior - o lugar onde todas as formas de tiranizar e de insensibilizar acharam a cátedra que as ditasse. As universidades chegaram a ser assim fiel reflexo destas sociedades decadentes que se empenham em oferecer este triste espetáculo de uma imobilidade senil. Por isso é que a ciência frente a essas casas mudas e

fechadas, passa silenciosa ou entra mutilada e grotesca no serviço burocrático. Quando em momento fugaz abre suas portas aos altos espíritos é para arrepender-se logo e fazer-lhes impossível a vida em seu recinto. Por isso é que, dentro de semelhante regime, as forças naturais levam a mediocrizar o ensino, e o alargamento vital de organismos universitários não é o fruto do desenvolvimento orgânico, mas o alento da periodicidade revolucionária (BARROS, 1918, s.p.).

Como podemos evidenciar, a reforma reivindicada pelos estudantes em Córdoba buscava realizar uma ruptura com o modelo universitário europeu, colocando em cheque a concepção de autonomia defendida por estes. Ao mesmo tempo, esta tentativa de aproximar a realidade social da universidade não buscava amparar-se no formato desenvolvimentista norte-americano. A reforma aqui buscava estabelecer práticas que diziam respeito a outro jeito de pensar a função da universidade.

Este movimento, ao propor a abertura da universidade para a sociedade, auxiliava a desde aí especificar outro lugar para a extensão na América Latina, e ao mesmo tempo, estruturar novas bases de sustentação para estas práticas. Evidenciamos esta novidade estrutural das universidades latino-americanas nas propostas de realização de debates acerca dos problemas nacionais e comuns aos países latinos. Esta problematização não pretendia pautar-se no assistencialismo, tampouco em um desenvolvimentismo tecnológico estatal, mas sim na luta contra o imperialismo norte-americano, identificando este como representante do sistema capitalista, responsável pelas desigualdades sociais no mundo (MENDES; GADELHA, 2009).

No que diz respeito a estas práticas, elas tomavam variadas formas, e muitas vezes faziam referência a diferentes concepções de extensão: quando as ações se propunham a projetar para fora da universidade à cultura da mesma, estas se aproximavam do modelo europeu. Porém, quando estas ações pretendiam uma reflexão acerca da condição comum dos países latino-americanos, indicando a necessidade de organização a partir de uma integração pan-americana de resistência ao imperialismo norte-americano, tínhamos algo absolutamente novo (MELO NETO, 2014).

Esta inovação sinalizava para uma “função social da universidade”, termo este utilizado até hoje nas universidades da América do Sul. Tais práticas, de uma forma bastante evidente, amparavam-se na crítica marxista, na qual se entende que o cerne da

extensão está na busca pela emancipação dos sujeitos, na produção de autonomia e na transformação social (MELO NETO, 2014).

De Paula (2013) afirma que além deste movimento, tivemos outros acontecimentos que impulsionaram este olhar da universidade para si e para o seu contexto social. A América Latina do século XX é marcada por inúmeras experiências de cunho socialista. As revoluções mexicana (1910) e cubana (1959) tiveram a sua contribuição no fortalecimento de uma perspectiva de universidade a serviço das demandas locais, em especial de organização e emancipação de “los más abajo”.

Aqui, a extensão não pretendia colocar-se a serviço do Estado, apaziguando conflitos. Pelo contrário, estas práticas buscavam justamente o tensionamento, a instauração da contradição (de classe). A extensão, neste modelo, era entendida como *ferramenta de transformação*, a partir da problematização das condições de vida das pessoas, ou, fazendo uso dos conceitos da tradição marxista, a partir da *conscientização*.

Este modelo de extensão viria a influenciar toda a América Latina e seus elementos conceituais foram sendo incorporados enquanto método de trabalho, inspirando uma infinidade de conceituações acerca desta prática.

Dentre estas três linhas de composição apresentadas, aquela que diretamente mais possui força nas práticas contemporâneas de extensão, sem sombra de dúvidas, é a marxista.

Posteriormente, identificaremos o pensamento de Paulo Freire como sendo o mais importante referencial destas práticas que se amparam na linha de composição marxista. É justamente pela importância que este autor possui na composição da extensão que conhecemos hoje, que realizarei em um capítulo específico uma análise acerca das suas contribuições para estas práticas. Porém, é importante que se diga que a influência de Freire extrapola as dimensões do país, sendo uma das grandes referências em extensão para a América Latina.

Por fim, veremos também mais adiante que as outras duas linhas de composição, por mais que estejam presentes de forma significativa nas práticas atuais, acabam sofrendo duras críticas justamente pelo seu caráter “acrítico” ao contexto social. Assim, acabam sendo evocadas como um “passado remoto das práticas de extensão”, muitas

vezes utilizando-se delas como exemplificação negativa, como aquilo que não é extensão universitária.

1.2.4. Uma extensão híbrida: as experiências brasileiras

Enquanto no início do século XX o panorama da América Latina é de reforma nas universidades, o Brasil, de modo bastante incipiente, possui somente algumas faculdades isoladas, com cursos de características profissionalizantes.

Há relatos de que em 1911 havia experiências de extensão no Brasil, localizadas em Viçosa e Lavras, Minas Gerais. Tais práticas possuíam características muito semelhantes às europeias, amparadas em uma perspectiva de difusão do conhecimento universitário, com foco em *classes populares*. Porém, pontualmente encontram-se também experiências que se aproximam mais da concepção norte-americana de prestação de serviços e transferência de tecnologias (DE PAULA, 2013).

Somente em 1933 (Minas) e 1934 (São Paulo) é que surgem as primeiras universidades no Brasil, cuja organização estava associada ao processo de industrialização nacional. Mendes e Gadelha (2009) afirmam que as universidades viriam coroar a modernização do país, utilizando a academia para preparar as elites que direcionariam este processo.

Podemos identificar no Estatuto da Universidade Brasileira, estabelecido pelo Decreto Federal de 1931, essa dupla função inspirada nos modelos europeu e norte-americano. O documento trazia a necessidade de difundir conhecimentos úteis à vida individual e coletiva, bem como a apresentação de soluções a demandas de interesse nacional (CARBONARI; PEREIRA, 2007). É também durante os anos 30 que o então ministro da educação Francisco Campos destacaria a necessidade da extensão para “levar o saber universitário para grupos não diretamente vinculados à universidade”, buscando com isso “elevar o nível cultural do país” (MENDES; GADELHA, 2009).

Já neste período, podemos verificar certo hibridismo compondo as políticas de extensão do país. Ora sustenta-se uma extensão com a finalidade de disseminar

conhecimentos às populações vulneráveis, ora esta é compreendida como peça fundamental para o desenvolvimento do país. De fato, a emergência da extensão enquanto prática, não somente em nosso país, confunde-se sempre com os contextos políticos e suas respectivas demandas.

É somente nos anos 60 que o debate da reforma universitária chegaria ao Brasil, e, dentro desta pauta maior, a discussão acerca da função da extensão universitária. Foi principalmente a partir da União Nacional dos Estudantes – UNE que este debate ganhou força. O movimento estudantil cumpriu um papel fundamental no tensionamento do modelo universitário vigente à época.

O movimento estudantil, articulado com os movimentos sociais operários e camponeses pautados nas propostas metodológicas de Paulo Freire, organizava-se em experiências como o Centro Popular de Cultura – CPC. Este Centro buscava levar às favelas uma proposta de outra sociedade possível, além de denúncias e esclarecimentos acerca de direitos a serem garantidos pelo Estado (DE PAULA, 2013).

Esta proposta de extensão ganhou corpo e força com as experiências de Paulo Freire na Universidade de Recife. A proposta de interação da universidade com a comunidade, a partir de um diálogo entre o saber científico e popular, tensionava os modelos tradicionais de extensão, como pontua De Paula no trecho a seguir:

É, talvez, como num paradoxo, que a extensão universitária constituiu suas mais significativas referências e práticas, a partir da denúncia de Paulo Freire ao conceito de “extensão”, o que obrigou os que quiseram continuar a usar o termo a uma radical reconceitualização, que incorporou o essencial da perspectiva de Paulo Freire (2013, p. 14).

De forma muito semelhante ao Movimento de Córdoba, o debate no país trazia uma compreensão da função da extensão que, apesar de ainda amparar-se na ideia da difusão cultural, pretendia uma apropriação por parte da universidade da realidade social do país (MENDES; GADELHA, 2009). Mesmo que estas propostas ainda possuíssem um caráter marcadamente assistencialista e paternalista, sinalizava-se aqui um movimento de assimilação crítica da realidade do país a partir das relações estabelecidas nas práticas de extensão.

É neste período que a pauta da reforma passa a ganhar força no país, utilizando-se do argumento da função social da Universidade. Esta era uma referência clara e direta às críticas reformistas do movimento de Córdoba que se alastravam pela América Latina e que agora ganhavam força nas obras de educadores brasileiros como Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes (Ibidem). O modelo de extensão latino, amparado na crítica fundamentalmente marxista à universidade, e ainda reforçada pela crítica e proposição freiriana, fortalecia-se cada vez mais no país.

Porém, causando uma violenta ruptura neste processo, que certamente viria a configurar um dos mais traumáticos episódios do país, toda a efervescência dos movimentos sociais e das lutas por direitos foi barrada pelo Golpe Militar de 64. Com o regime militar, os movimentos sociais foram sistematicamente perseguidos, culminando no Ato Institucional nº 5, e, no que se refere à universidade, no decreto nº 477, que buscavam desarticular e despolitizar a academia e a sociedade em geral (Ibidem).

Da mesma forma, as pressões vindas do movimento estudantil por práticas de extensão que dessem conta da realidade do país, foram parcialmente absorvidas pelo governo militar. Durante o regime, a extensão caracterizou-se por ações de integração entre estudante-comunidade a partir de programas específicos, tais como a Operação Mauá e o Projeto Rondon, controlados diretamente pelo governo (Ibidem).

Em 1975, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB propôs uma definição do conceito de extensão que de certa forma explicitava as práticas deste período. Extensão era entendida como uma prestação de serviços à comunidade, que realimentava ambas as partes (CARBONARI; PEREIRA, 2007).

Tais ações funcionavam sob intenso controle político, e possuíam um caráter estrategicamente assistencialista, afastando as ações de extensão de propostas de trabalho de base, com um viés mais crítico ao sistema vigente. Melo Neto evidencia essa característica das ações de extensão deste período no seguinte trecho:

Os estudantes podiam desenvolver atividades profissionais nesses projetos, ainda que de caráter assistencial, tudo sob rigoroso controle político e ideológico. Observe-se o papel político atribuído à *extensão universitária* demonstrando como pode também servir ao controle social e político (2014, P. 05).

Com o desgaste do regime, Darcy Ribeiro, entre outros intelectuais retomam a pauta de defesa pela formalização da extensão como terceira função da universidade, reconhecendo sua importância fundamental (MENDES; GADELHA, 2009). Em 1985, teremos finalmente uma preocupação em atualizar o conceito de extensão universitária por parte do Ministério da Educação.

No relatório final redigido pela Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, em 1987, salienta-se a pluralidade de formas assumidas pela extensão universitária, exigindo, por isso, uma definição mais apurada do seu papel e da sua função. O documento reitera ainda que a extensão deve seguir difundindo conhecimentos obtidos pela universidade, continuar prestando os serviços oferecidos por ela, e também estabelecer ações contínuas articulando extensão, ensino e pesquisa (MELO NETO, 2014).

Apesar das novas diretrizes para o ensino superior terem sido estabelecidas já na constituição de 1988, foi somente em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) que seus artigos foram regulamentados. Esta lei é originada a partir de um forte debate entre os defensores do ensino público e privado. Embora importantes conquistas para o ensino público tenham sido garantidas nesta lei, o contexto era de ascensão do modelo neoliberal nas mais variadas instâncias do país (MENDES; GADELHA, 2009).

Acerca da LDB, em especial no que diz respeito à extensão, o documento traz o seguinte:

[...] a lei confere às atividades de extensão igual *status* ao ensino e à pesquisa, alerta para a participação da população, o que significa um avanço em termos democráticos e ao preconizar uma relação de reciprocidade reconhece as camadas populares como sujeitos igualmente enriquecedores das ações extensionistas. No entanto, ainda prevalece o tom assistencialista, expressado na prestação de serviços (Ibidem, p. 14).

Estas definições e orientações serão reafirmadas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES em 2004, o qual fala da necessidade da extensão

articular-se com o ensino e a pesquisa, devendo difundir conhecimento e dialogar com os diversos setores da sociedade (público, produtivo, mercado de trabalho, etc.).

Por fim, este lugar que a extensão passa a ocupar dentro das funções da universidade pode, à primeira vista, demonstrar certo avanço no que diz respeito ao seu reconhecimento enquanto prática universitária. Porém, Carbonari e Pereira (2007) afirmam que tais práticas têm sido implementadas de uma forma demasiadamente artificial. Neste sentido, atualmente a extensão brasileira se organiza muito mais a partir da necessidade das instituições adequarem-se às diretrizes para o ensino superior do que por uma compreensão da função social da universidade.

Novamente, podemos identificar nas práticas de extensão do país uma composição híbrida no que diz respeito a seus conceitos e métodos. Os conceitos de extensão no Brasil ganharam tamanha pluralidade, que nestas práticas podem ser evidenciadas as mais variadas concepções de mundo, sujeito, aprendizagem, função universitária, etc.

Podemos facilmente identificar elementos das três linhas de composição da extensão descritas aqui nas práticas contemporâneas de extensão, inclusive nos documentos que estabelecem as diretrizes e orientações para as mesmas. Portanto, este hibridismo da experiência brasileira fala de uma certa “assimilação” destas três linhas de composição de forma muitas vezes contraditória, que se reavivam enquanto justificativa ou crítica em diversos momentos, em cada ação planejada e realizada.

Considerando as perspectivas descritas até aqui, tais práticas poderiam ser entendidas como espaços de difusão e transferência de saberes, no sentido de ampliar e incrementar a função da universidade como solucionadora de problemas sociais. Por outro lado, a extensão poderia ser compreendida também como aquela que busca analisar criticamente a sociedade, identificando as causas dos problemas sociais e procurando realizar a transformação da mesma.

Este hibridismo conceitual e o respaldo do mesmo nas próprias leis e diretrizes que regulamentam a universidade também serão “assimilados” nas práticas em si. Estas assimilações de diferentes modos de fazer extensão, que irão caracterizar a emergência destas práticas no país, falam de uma disputa permanente entre estas diferentes linhas de

composição. São justamente as contradições encontradas dentro das próprias práticas que demonstram estas forças permanentemente em jogo.

É o caso do próprio pensamento freiriano e as práticas de extensão inspiradas neste referencial, que mesmo realizando duras críticas a modelos assistencialistas e colonizadores, acabam, em algum sentido, reproduzindo formas de relação assistenciais e até benevolentes, como veremos mais adiante.

Neste sentido, cada modelo de extensão apresentado aqui carrega em si distintas visões de mundo e produzem, conseqüentemente, diferentes relações entre universidade e comunidade.

Estas formas de se fazer extensão, personificadas em diferentes personagens extensionistas, não são somente reflexos de determinados sujeitos. De fato, como afirma Lazzarato (2014), estes são híbridos, composição entre singularidades e outros diversos elementos da época e lugar onde surgiram. Estes diferentes personagens-híbridos compõem máquinas de produção de subjetividade, cada uma ao seu modo, estabelecendo modos de subjetivação que se intensificaram e que até hoje estão presentes nas práticas de extensão.

1.3 Acerca da função política e formal dos fóruns de extensão

Para compreendermos as características das práticas de extensão que temos atualmente no país, é importante também que se tenha em vista as referências e diretrizes legais que foram sendo construídas e que sustentam a formalização de um modo específico de realizar atividades neste âmbito. Sabe-se que com a reabertura democrática do país a compreensão de extensão como elemento fundamental da universidade passou a ser respaldada em lei, ampliando-se consideravelmente o debate e o esforço para conceituar tais práticas nos documentos que a balizam.

A Política Nacional de Extensão (2012) e o Plano Nacional de Extensão (2011), publicados respectivamente pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições

Públicas de Educação Superior Brasileiras - FORPROEX, e as Referências para construção de uma Política Nacional de Extensão para as Instituições de Ensino Superior Comunitárias (2013), publicada pelo Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições Comunitárias de Ensino Superior – FOREXT, definem estratégias muito claras para a organização das práticas de extensão.

Estes documentos são fundamentais para a extensão no que se refere à orientação e aos aspectos políticos que os mesmos possuem. Além disso, constituem-se também como significativos instrumentos de análise para compreendermos as distinções e semelhanças existentes acerca das práticas de extensão em universidades públicas e comunitárias.

Considero a realização desta distinção importante, pois o cenário da educação superior no país tem trazido à tona o tema da mercantilização do ensino, do sucateamento das universidades públicas, e ainda, de certo fortalecimento do modelo comunitário de universidade. Neste sentido, buscar de forma sucinta delimitar estas distinções pode contribuir para pensarmos o lugar ocupado pela extensão nestes diferentes contextos.

É importante salientar que as universidades particulares, não fazendo parte do FOREXT, poderiam ser identificadas como um terceiro grupo, pois estas instituições também possuem atividades de extensão. Até o momento, estas instituições não estão organizadas em um fórum específico de extensão e, por conta disso, também não possuem contribuições maiores em termos de diretrizes e orientações para tais práticas. Por este motivo, as práticas de extensão nestas instituições não serão objeto da presente análise.

Apresentarei aqui sucintamente alguns conceitos referentes à extensão universitária que são apresentados nos documentos publicados pelo FOPROEX e FOREXT. Como podemos evidenciar, a partir do próprio nome dos diferentes fóruns, trata-se de organizações formadas por universidades de naturezas distintas. O FORPROEX, criado em 1987, representa as universidades públicas do país, sendo elas federais, estaduais ou municipais, e o FOREXT, com sua criação datada de 1998, é composto por instituições comunitárias de ensino superior, de natureza pública não estatal e de caráter filantrópico (BRASIL, 2013).

Um ponto em comum entre os documentos de ambos os fóruns é o de procurarem realizar um afastamento daquilo que é evidenciado como característica de práticas de extensão “ultrapassadas”, demonstrando um histórico assistencialista destas práticas. Essa extensão assistencialista é apresentada como verticalizada, sem interesse no diálogo e descomprometida com a realidade a qual a universidade está inserida (FORPROEX, 2012; FOREXT; 2013). Ambos os documentos se colocam como formulações que pretendem contrapor este modelo a partir de práticas horizontalizadas, baseadas na dialogicidade, comprometidas com a realidade social e com a sua transformação (ibidem).

Porém, na medida em que os documentos passam a formalizar uma definição para a extensão, encontramos algumas dissonâncias. Há de se considerar nestas diferenças não somente o fato de serem construídos por grupos distintos, mas também o tempo em que tais documentos foram produzidos.

O FORPROEX desde seus primórdios buscou estabelecer uma definição precisa para a extensão. Nos primeiros documentos do Fórum, a extensão era conceituada como a *passarela* para o relacionamento entre a universidade e a sociedade. A extensão, comprometida e implicada com a cidadania, estaria voltada para as populações sistematicamente impossibilitadas de exercer sua cidadania (CARBONARI; PEREIRA, 2007).

Já na Política Nacional de Extensão, de uma forma mais elaborada, o mesmo fórum irá reestruturar o conceito de extensão como

[...] o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. [...] Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade (2012, p. 09).

Já o FOREXT, em 2002, no seu segundo encontro nacional, publica na Carta de

João Pessoa um conceito de extensão como

[...] o processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e os demais segmentos da sociedade, trazendo para a universidade a pergunta sobre a relevância da produção e socialização do conhecimento (p. 1).

Em 2013, o FOREXT publicou as “Referências para construção de uma Política Nacional de Extensão para as Instituições de Ensino Superior Comunitárias”. Este documento possui alguns elementos a serem analisados, dentre eles, a nova estruturação do conceito de extensão apresentado, sendo esta entendida como

um conjunto de ações de caráter interdisciplinar e multidisciplinar, articulando os saberes produzidos na vida acadêmica e na vida cotidiana das populações, para compreensão da realidade e busca de resposta aos seus desafios. Assim, promove a disseminação do conhecimento acadêmico, por meio do diálogo permanente com a sociedade (FOREXT, p. 24, 2013).

Neste documento, ao mesmo tempo em que a extensão é caracterizada como um lugar de articulação entre saberes acadêmicos e da vida cotidiana, a universidade ocupa o lugar daquela que “busca respostas” para demandas sociais, promovendo a partir daí a disseminação do conhecimento que produz (FOREXT, 2013).

No conceito proposto pelo FOREXT, a articulação entre universidade e comunidade se dá com a intenção da primeira, a partir da difusão dos conhecimentos gerados por ela, responder demandas da segunda. Já no documento do FORPROEX, a extensão é compreendida como uma via de mão dupla, ou fluxo que estabelece um espaço de exercício prático daquilo que é produzido na academia, colocando à prova o conhecimento acadêmico.

No que diz respeito à produção de conhecimento, as orientações do FOREXT apontam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como estratégia da universidade contemporânea para produzir conhecimento que dê conta de responder as demandas da realidade. Para isso, o documento delimita as diferentes práticas na universidade e a forma destas se articularem entre si. A pesquisa seria o lugar da

produção do conhecimento novo, o ensino como espaço de socialização do saber, e a extensão com uma dupla função de receber demandas e dar respostas para a sociedade. A extensão, nesta perspectiva, assume um caráter de mediação entre universidade e sociedade (2013).

O documento coloca ainda enquanto desafio atual da extensão e da universidade, de modo geral, a necessidade de tornar o conhecimento produzido neste espaço um “bem público” (2013).

Já na Política Nacional de Extensão, a produção de conhecimento pode ser entendida a partir da afirmação que

não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática (2012, p. 23).

Aqui, o conhecimento localiza-se no encontro da universidade com a sociedade de modo geral, e é a partir deste território que se produz outro tipo de conhecimento, capaz de dar conta de forma mais adequada das questões emergentes destes espaços. Vale lembrar que o conceito de extensão apresentado neste documento descreve como se dá o processo de produção de conhecimento neste encontro *dialético* (FORPROEXT, 2012).

Esta perspectiva, que coloca a extensão a serviço das demandas externas, possui duas interpretações distintas. A primeira remete ao modelo desenvolvimentista norte americano, que busca orientar a produção de conhecimento a partir das necessidades prioritárias do Estado, ou seja, às necessidades do setor privado. Já em uma segunda perspectiva, podemos compreender esta noção como um esforço da extensão em voltar-se para as demandas sociais, demonstrando o comprometimento institucional com a realidade.

De fato, fica evidente nos documentos a perspectiva adotada pelo FOREXT que prevê articulações com o Estado, através das políticas públicas, com as demandas sociais – especificamente de grupos vulneráveis, mas também com o mercado. As

orientações apontam para uma relação direta da extensão com o mercado, sendo este identificado tanto como quem demanda a universidade, como enquanto objeto final a ser atendido, no que diz respeito à formação de “recursos humanos” qualificados para atuar no “mundo do trabalho” (2013).

Esta relação é descrita em outro documento do FOREXT que trata da avaliação da extensão (2002). O argumento neste texto é de que as Instituições Comunitárias de Ensino Superior - ICES, como entidades de natureza pública não estatal, possuem esta necessária relação com o mercado, a título inclusive de sustentabilidade das mesmas. Com isso, as práticas destas instituições demonstram viver neste *intermezzo*, no tensionamento *entre* uma extensão que busca responder a demandas do mercado, mas que ao mesmo tempo pretende ser agente transformador da sociedade.

Podemos identificar no Plano Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012) elementos desta discussão, pela qual se evidencia o tensionamento entre a submissão da universidade aos indicadores de eficácia e produtividade, fundamentalmente amparados em uma lógica empresarial, e a tentativa de garantir a autonomia necessária para definir seus objetivos e valores.

Novamente, sinalizo esta condição de assimilação heterogênea de bases conceituais e metodológicas da experiência extensionista brasileira exposta também nestes documentos apresentados aqui. Esta composição híbrida demonstra o quanto as linhas de composição apresentadas anteriormente permanecem presentes na sustentação formal destas práticas. Da disseminação do conhecimento até a dialética transformadora, esta análise documental demonstra a característica absolutamente híbrida da extensão no país.

Os elementos levantados expressam diferentes formas de relação entre universidade e sociedade. Podemos evidenciar facilmente essa questão nas publicações dos respectivos fóruns. As publicações do FORPROEX sempre chamam a atenção para a defesa do ensino *público* de qualidade (2011; 2012). Esta defesa é uma estratégia que pretende fazer frente ao que este fórum identifica como um processo de privatização da educação no país, que ocorre principalmente a partir da multiplicação de instituições de ensino superior privadas.

Já o FOREXT reivindica a legitimação da diferenciação entre instituições de ensino superior comunitárias e privadas, referindo-se a sua própria natureza jurídica enquanto universidade pública não estatal por não ter fins lucrativos. Salienta-se que esta condição jurídica foi formalizada com a aprovação em 2013 da Lei das Comunitárias, o que possibilitou a estas instituições conquistarem certa legitimidade na sua diferenciação com as instituições de ensino superior particulares do país. Um exemplo da importância da aprovação desta lei foi a possibilidade de estas instituições concorrerem ao Edital do Programa de Extensão Universitária – PROEXT, do Ministério da Educação, que se configura como o maior dispositivo de financiamento de projetos e programas de extensão do país em termos orçamentários. Esta nova condição das instituições comunitárias tensionou ainda mais a relação entre os diferentes fóruns.

Evidentemente, temos configurações muito diferentes nestes modelos distintos de universidade, o que evidencia muitas vezes questões bastante singulares em cada uma destas instituições. Porém, mesmo que por motivações e condições distintas, é possível perceber que os enfrentamentos travados e as estratégias assumidas nos diferentes fóruns são muito semelhantes. A luta pela legitimação de um modelo de extensão crítico e transformador, em detrimento de práticas assistencialistas e colonizadoras demonstra que o posicionamento político dos extensionistas de universidades públicas e comunitárias está amparado em perspectivas de bases muito próximas.

Apesar de divergências quanto as condições de ocupação de espaços e de articulações que cada modelo de universidade possui, ambos os fóruns pretendem provocar mudanças na universidade, compreendendo a necessidade de um constante diálogo com a sociedade como sua função primordial. Suas orientações referentes a estratégias teóricas e metodológicas para estas práticas também se assemelham, assim como os desafios a serem enfrentados na extensão apresentam várias semelhanças.

Negri e Hardt apontaram em sua obra "Império" (2001) que as fronteiras entre o público e o privado se encontram borradas. Para estes autores, a aposta no *Welfare State* não possui mais viabilidade. A ideia do Estado provedor sucumbiu em meio ao intenso tensionamento polarizador de diversas experiências de governos socialistas e capitalistas que foram, de forma equânime, expropriados pelas forças neoliberais.

Nestes termos, exigir uma educação pública de qualidade, ou identificar-se enquanto instituição de natureza pública não estatal, acaba expressando distintas táticas de diferenciação. Estas defesas denotam múltiplas formas de resistência a um poder absolutamente maior do que o próprio estado e suas delimitações entre o que seria público ou privado. O capital, ou, nas palavras dos autores, o império, absorveu a capacidade dos próprios estados de exercerem poder por si mesmos. O poder do império não respeita as delimitações geopolíticas, as forças neoliberais circulam livremente nos territórios.

Negri e Hardt (2001) diferenciam a noção de lógica imperialista da lógica do império, sendo o primeiro o modelo moderno de conquista pela absorção física, territorial de espaços por parte de um Estado-Nação. O segundo, característico da sociedade contemporânea, sobrepõe toda e qualquer organização política institucional. O império - da lógica do mercado - está em toda a parte. Não há um fora do império³ apesar deste possuir margens e núcleos.

O Estado, para estes autores, acaba ocupando um lugar figurativo, pois seus poderes acabam limitados a operarem enquanto meras ferramentas do capital financeiro. O império não diferencia fronteiras estatais, as geografias das nações ou as diferenças étnicas e raciais. Ambos os fóruns de extensão buscam resistir por meio de demarcações territoriais ético-políticas, compondo conceitos, métodos e articulações que visam criar fissuras no modelo hegemônico de funcionamento da universidade e da própria sociedade. Estas práticas, portanto, procuram estabelecer territórios subjetivos de resistência.

As universidades públicas e comunitárias tornam-se impotentes frente ao *modus operandis* estabelecido com cada vez mais força nos espaços institucionais. Como podemos constatar anteriormente, há diferenças nas estratégias de defesa de cada uma delas, porém, ambas se encontram comumente imersas dentro do império do capital.

Não há distinção entre universidades públicas ou privadas no que diz respeito ao

³ Antecipando uma discussão a ser realizada no próximo capítulo, saliento a importância de relacionar a noção de poder em Foucault com esta descrição da forma que o Império opera para Negri e Hardt. Esta impossibilidade de estar fora do Império, ou de estabelecer relações de poder são elementos complementares para compreendermos a extensão.

avanço da lógica do empreendedorismo nas diversas áreas do conhecimento. Também não há distinção no incentivo e fortalecimento da ideia da inovação tecnológica como “nova” estratégia de vinculação direta e permanente entre universidades e empresas, colocando a primeira acriticamente a serviço do desenvolvimento da segunda.

As universidades, de modo geral, têm sido tomadas por discursos economicistas sustentados por um saber essencialmente administrativo. Derrida (1999) evidenciava a tendência do discurso da racionalidade administrativa da “Qualidade Total” tornar-se hegemônico entre as universidades de todo o mundo. Esse movimento expressa-se na nova tendência de marketing de universidades públicas e privadas em nosso país no discurso da “excelência acadêmica”.

Não é mera coincidência que, cada vez mais, docentes, discentes e funcionários de instituições públicas ou privadas sofram exigências de produção por metas inalcançáveis. Também não é coincidência que a graduação, por conta das necessidades do mercado, seja cada vez mais entendida como um “primeiro passo” para um trabalho de educação continuada para a vida toda. Professores, estudantes e trabalhadores de modo geral são exigidos em termos de flexibilização de seu tempo e em sua disponibilidade total para o trabalho, assim como em sua capacidade de dar respostas rápidas e efetivas.

Esse contexto insere os sujeitos que compõem esta instituição em um circuito produtivista de trabalho material e imaterial, transformando este espaço de produção de conhecimento em mais uma forma de relação de consumo estabelecida. Ao mesmo tempo, as próprias instituições entram em um circuito infinito de avaliações. Os indicadores de avaliação estabelecidos para as universidades, para os cursos de graduação, para programas de pós-graduação, exigem um monitoramento rigoroso de acompanhamento dos processos de produção estabelecidos nestes espaços. Os produtos gerados na universidade não podem parar de ser consumidos: artigos científicos publicados, estudantes formados, comunidades atendidas. Assim, a grande máquina universitária deve seguir funcionando a qualquer custo.

Tendo estes elementos em vista, podemos perceber que ao analisarmos a universidade contemporânea, seja ela de característica pública ou comunitária, ambas se encontram subjugadas pela lógica imperial da economia. Seu modo de funcionar, para

além do objetivo de produzir conhecimento, formar pessoas, atender demandas sociais, etc., tem estado a serviço da reprodução da lógica do capital, estabelecendo processos de subjetivação que atravessam todos os que constituem este espaço. Cada membro da “comunidade acadêmica”, com suas características singulares, encontra-se emaranhado por tais agenciamentos capitalísticos.

Por fim, podemos evidenciar certa rede de processos estabelecidos que instauram um circuito de dominação e subjetivação capitalística, da qual as universidades fazem parte. Na medida em que o estado estabelece mecanismos de controle das práticas universitárias através do monitoramento e da avaliação destas, as instituições constroem seus próprios mecanismos de controle internos. Ao mesmo tempo, o próprio estado encontra-se subjogado à força do sistema financeiro, que através de mecanismos próprios, estabelece formas de controle, colocando tudo e todos a serviço de seus interesses.

Na medida em que escrevo, o país passa por uma grave crise financeira, provocando cortes significativos no financiamento do ensino superior do país, tanto para as universidades públicas quanto comunitárias. Mais especificamente, muitas universidades públicas tiveram seu orçamento previsto para este ano reduzido drasticamente.

Os repasses referentes ao crédito estudantil de universitários matriculados em instituições comunitárias não têm sido realizados, valores esses que em algumas instituições representa mais de um terço do seu orçamento total. Esta medida tem feito as ICES recuarem quanto à contratação de crédito estudantil, o que tem por consequência uma dificuldade ainda maior no acesso ao ensino superior para pessoas com baixa renda. Neste meio tempo, constatou-se que as instituições privadas receberam normalmente seus repasses pela capacidade de lobby que essas empresas possuem junto a diversos setores políticos do país.

Uso este exemplo para tentar demonstrar a rede de poderes estabelecida, que possui seu plano maior na força do capital financeiro, e seu efeito na vida das pessoas, nos espaços que estas podem ou não circular e de que forma podem fazê-lo. Tal condição fala muito menos de qualidades distintas entre o que é público ou privado e muito mais

acerca da subserviência ao mercado financeiro, característica fundamental do nosso modo de vida.

2. MOVIMENTOS PARA FORA DA EXTENSÃO

2.1. Um extensionista cansado

“Atualmente, a gente atende umas quinhentas crianças e adolescentes, é praticamente uma escola que temos aqui, só que ao invés de ter português, matemática, a gente tem práticas de diferentes esportes. Tudo isso e só um professor para administrar”
- Falou o extensionista com uma expressão no rosto que misturava orgulho e cansaço.

Depois disso, parou por um segundo, e passou a contar sobre um caso de pouco tempo atrás, no qual “acabou tendo” que expulsar 3 garotos do programa. Os adolescentes citados estariam envolvidos com tráfico de drogas, ameaçando outros alunos e os próprios membros do projeto de extensão. O professor, por considerar que a equipe não possuía estrutura profissional e emocional para dar conta dessa situação, tomou a decisão de desligá-los das atividades. Ao contar isso, com um olhar que eu não saberia descrever, o extensionista desabafa:

- Pensei que o esporte curava tudo.

(Recorte de uma visita a um projeto de extensão)

Nós, da universidade, temos uma fé convicta de que o que a gente sabe pode fazer a diferença, pode curar, cuidar, resolver as coisas. Não. Chamar esse negócio de fé é duro demais, não quero mais escrever sobre durezas, hegemonias, chega de dar corda para essa universidade. O que eu quero dizer é que nós da universidade temos vontade de que as coisas que a gente produz cotidianamente, as relações que estabelecemos, as ações que realizamos, transformem o mundo em um lugar melhor para se viver.

Na extensão, a gente quer muito fazer as coisas mudarem para melhor. Então, aliamos aquilo que a gente sabe com essa vontade louca de mudar as coisas, e faz extensão. Vamos para a comunidade, conversamos com as pessoas, as escutamos,

tentando entender um pouco os seus problemas. E com as armas que a gente tem, propomos alguma coisa, qualquer coisa, por mais infinitesimal que saibamos que ela seja, na esperança de que isso possa provocar mudanças no mundo, na vida das pessoas.

Isso é o que a gente quer, o que gostaríamos de fazer. Mas, como tudo na vida, uma série de coisas vão nos atravessando e fazendo do percurso que planejamos uma outra coisa totalmente nova e inesperada. Essas coisas que nos atravessam são como aquelas “linhas maiores” que busquei descrever no capítulo anterior, são agenciamentos que se formam de maneira imperceptível em meio a nossas práticas e as (de)formam de um jeito imprevisivelmente novo. De repente, o que era fruto da nossa vontade de mudança tornou-se aquilo que mantém as coisas estanques, impondo um jeito determinado e determinante de realizar nossas práticas.

Como nossas práticas podem provocar coisas assim? Como pode uma vontade de mudança transformar-se em algo tão duro, perigoso, autoritário? Os extensionistas assistencialistas pretendiam de fato colocar panos quentes em possíveis insurreições? E o extensionista desenvolvimentista, será mesmo que ele não tem um mínimo de interesse no outro? Será que, de fato, no âmago da sua vontade tecnicista, não existe um desejo tácito de mudança?

Voltamos ao extensionista e sua verdade cansada: ele *achava* que o esporte curava tudo! Ou, talvez ele desejasse que o esporte curasse tudo? Aqui, neste exemplo, tão real quanto fictício, constato finalmente que não é possível traçar um limite que diferencie totalmente o desejo de mudança da vontade de saber como fazê-lo. Há práticas de extensão compondo constantemente realidades possíveis e é justamente essa a sua mais importante qualidade. A extensão, nos espaços em que ela é capaz de produzir *entre* sujeitos, territórios, instituições e políticas, amplia o campo de possíveis. É justamente neste *intermezzo* micro espacial que estas práticas provocam seus efeitos mais significativos.

É curioso eu reparar nisso exatamente na atitude de desistência do extensionista cansado. Ele achava, ou esperava que o esporte curasse tudo, mas depois daquela experiência sua crença no esporte enquanto prática curativa perdeu força. Ele não tem mais essa esperança, nem tem mais tanta fé no seu saber, ele inclusive “desistiu” de três

jovens. Mas ele continua trabalhando, apostando em seu projeto, mesmo meio cansado e meio doente, como ele nos relataria mais tarde. Aqui, finalmente fica evidente o que o extensionista cansado havia expresso em sua fala: nem na fé, nem na esperança, a potência das práticas de extensão está em outro lugar, que não em sentimentos transcendentais ou universalizantes. A nossa potência está em algo menor, mas não menos pretensioso, em algo anterior, mesmo não se tratando de uma origem perdida ou desvirtuada, em algo mais profundo, ainda que o arrepio seja na pele.

A potência destas práticas é a nossa capacidade de agenciar desejos de movimento, de mudança, de vida. Fazer extensão é estender estes desejos, compartilhá-los, multiplicá-los, extensioná-los. Fazer extensão é, portanto, se deparar com a potência sempre presente nos agenciamentos que se produzem no cotidiano de nossas práticas extensionistas e que implicam a invenção permanente de um ato de extensionar.

2.2. Sobre trabalhar, militar e pesquisar

Vimos até aqui arranjos de uma extensão “maior”, sínteses muito voltadas para estas práticas enquanto aparelhos de captura, formas instituídas de manutenção de lógicas dominantes de estabelecimento das relações entre universidade e comunidade.

Esta análise se deu até aqui desta forma por fazermos uso de uma estratégia metodológica que preocupou-se mais com as “linhas gerais”, a partir de um olhar amparado na tessitura de grandes elementos do mapa da extensão. Pois bem, feito este primeiro desenho, e dado o panorama “geral” de algumas linhas de composição destas práticas, é necessário debruçarmo-nos sobre os elementos “menores”, as composições infinitesimais deste mapa.

Não se trata de desconsiderar ou contrapor estes primeiros traços que são, de fato, elementos fundamentais deste mapa. A questão aqui é trazer outros aspectos importantes para o mapa, que mesmo sendo menores e em um primeiro momento de menor visibilidade, contribuem para sua composição. Deleuze e Guattari, em “Mil Platôs, Vol. 1”, caracteriza a noção de mapa por sua mobilidade, pela possibilidade de

permanentemente estar sendo reescrito, reconfigurado, acoplado em novos elementos, demonstrando o quanto este é vivo e dinâmico (1980/2000).

Neste sentido, a extensão pode, como vimos até aqui, ser compreendida a partir de perspectivas que mostram o quanto ela é capaz de se configurar enquanto ferramenta de controle de determinados grupos. Sua organização e funcionamento servem muitas vezes como “indutores” de reprodução de comportamentos, de disseminação de saberes específicos a serviço de uma subjetivação a partir de modos de vida hegemônicos. Conseguimos perceber também o quanto a extensão é capaz de exercer uma função semelhante as das políticas de Estado, operando como estratégia de controle sobre determinadas populações.

Porém, estas mesmas práticas trazem em si outros elementos que operam em movimentos contrários a estes, cumprindo uma função antigeneralizante. Na medida em que se instituem práticas de extensão que provocam movimentos colonizadores ou neocolonizadores de determinados grupos, estes mesmos grupos guardam a potência inexorável de resistir a estes esforços, de provocar tensionamentos, rupturas nestas relações estabelecidas. E mais, seguindo a perspectiva de resistência em Foucault, essa capacidade de resistir se dá justamente em sua positividade, na possibilidade de criação. Podemos lembrar o que afirma Lazzarato: "A invenção se faz em uma dimensão aistórica, como diria Nietzsche, ao fazer o inventor escapar momentaneamente da cadeia de imitações do ambiente e ao colocá-lo diante do 'fora universal'" (2006, p. 47). Criar, ou inventar outras formas de relações entre universidade e comunidade, é o ato de resistência por excelência das práticas de extensão.

Assim, para problematizarmos a relação estabelecida entre universidade e comunidade, devemos inverter a ordem instituída neste contexto e pensar o quanto a relação comunidade e universidade é capaz de produzir efeitos desterritorializantes no extensionista, compreendendo estar aí a sua potência.

Há um elemento, que pela sua importância, deve sempre ser considerado acerca da condição do pesquisador que investiga seu próprio trabalho. Pesquisar um campo "familiar" para o pesquisador exige um movimento muito difícil, de deslocamento de lugares estabelecidos em busca de novas "entradas" neste mesmo tema e/ou espaço.

Esta nova entrada deve ser capaz de fazer o pesquisador pensar esse campo a partir de outras perspectivas, forçando o encontro de elementos que para ele sejam desconhecidos, ou o reencontro com aqueles que tenham sofrido certa naturalização de perspectiva por conta da rotina do trabalho. Porém, este exercício exige uma radicalidade no movimento de (des)conhecer e (re)conhecer pessoas, relações, conceitos, o trabalho como um todo e a si mesmo neste contexto.

Este exercício desnaturalizante, portanto, diz respeito a um esforço de transição do campo de trabalho para o campo de pesquisa, amparando-se justamente neste processo de desmanche e remonte dos elementos que compõem este lugar. Deve-se, portanto, refazer o caminho do trabalho para desfazê-lo, percorrendo-o sob outra perspectiva, a da investigação.

É importante evidenciar ainda neste movimento de deslocamento do olhar daquele que trabalha para o de quem investiga a/em extensão o fato desta prática perpassar também certa militância neste campo. Esta é uma condição muito comum para quem atua na extensão. O extensionista, seja ele aluno, professor, técnico ou gestor, é um sujeito que quase sempre busca em sua prática expressar seu posicionamento político, seja ele qual for.

Esta relação emaranhada entre trabalho, militância e investigação me coloca em uma condição absolutamente singular. Ao mesmo tempo em que sou incessantemente alimentado com "dados novos" para a pesquisa, o cotidiano de trabalho opera como um "aniquilador" destas informações como elementos investigáveis. No dia a dia, estamos constantemente naturalizando informações, deixando de pensar sobre nossas próprias práticas. Ainda, pesquisar a própria militância é uma tarefa tão complexa quanto a primeira.

Tal exercício implica uma desterritorialização de si, colocando em questão não somente uma atividade, mas essa enquanto expressão de um modo de vida. Militar por uma causa é apostar em uma perspectiva de si no mundo - como diria Freire - e nos efeitos dessa composição enquanto possibilidade de transformação - como diria Lazzarato. Pesquisar a militância em extensão, pesquisar a própria atuação política neste campo ou em qualquer outro, exige uma abertura para a "duvidação" de questões

absolutamente constituintes de nós mesmos.

Neste sentido, é necessário colocar em questão os elementos que compõem esta prática nestas duas dimensões, buscando problematizar a partir destas experiências o campo da extensão sob a ótica da prática laboral e militante. O desafio que guarda este exercício é desprender-se das "obviedades" instituídas nestes objetivos, duvidar delas, encontrar outras possibilidades de compreensão deste campo, fluxos menores de composição destas práticas.

Na obra “Segurança, território e população” de Foucault (1977/2008), podemos identificar um esboço metodológico, no qual o autor descreve três deslocamentos realizados em suas investigações acerca das práticas disciplinares. Estes deslocamentos buscam forçar um movimento para o exterior dos campos determinados *a priori* nos seus estudos acerca das instituições. Tal movimento se daria para um fora da instituição, da função e do objeto pesquisado, buscando colocar em questão este campo a partir das relações de poder que contribuem para sua composição, bem como sob a ótica dos domínios de saber aí estabelecidos.

Neste sentido, livremente inspirado neste esforço foucaultiano de evidenciar o exterior das práticas pesquisadas, gostaria de provocar este movimento para *fora* da extensão, considerando suas dimensões institucionais, funcionais e de objeto. Com este movimento, pretendo compreender a extensão universitária enquanto prática para além dos elementos formais que a compõem, trazendo à tona a microfísica que a constitui.

A proposta aqui é a de procurar evidenciar as relações de poder estabelecidas nas instituições, analisando-as sob a perspectiva de suas próprias tecnologias de poder. Ainda amparado nesta perspectiva foucaultiana, busca-se destacar estas práticas de sua função, pretendendo retomá-las em uma análise sob a ótica dos campos, domínios e objetos de saber constituídos (1977/2008).

Esta operação de desinstitucionalização e desfuncionalização das relações de poder contribui para realizar a sua genealogia, ou seja, problematizar como estas se formam, conectam, desenvolvem, multiplicam e transformam-se a partir de algo totalmente diferente delas mesmas (FOUCAULT, 1977/2008).

Tal intento pode contribuir também para compreendermos onde e por que elas são

instáveis, bem como a sua permeabilidade a processos diversos. Devemos compreender que as tecnologias não são estanques, elas nunca param de se modificar, pois o desmoronamento de uma instituição pode ser o efeito de uma incompatibilidade com as mutações de uma tecnologia. Ao mesmo tempo, demonstra que lutas locais também são capazes de provocar efeitos globais (Ibidem).

2.2.1. Movimento para fora da instituição

Primeiramente, gostaria de rapidamente apresentar o motivo pelo qual afirmo que é possível compreendermos a extensão enquanto instituição. Não pretendo aqui aprofundar o debate acerca do que seria uma instituição, mas sim de minimamente situar esta prática também a partir deste conceito, sob a perspectiva que Foucault o faz na obra citada, a fim de realizar o movimento de externalizar a extensão também a partir desta dimensão.

De modo geral, o movimento realizado por Foucault – e não só por ele, mas por uma boa parte de movimentos institucionalistas – foi o de ampliar a noção estabelecida de instituição. Esta resignificação do conceito parte da impossibilidade de compreendermos uma instituição por ela mesma, sendo necessário estabelecermos conexões com outros elementos que compõem um campo específico da vida.

É impossível compreendermos a universidade enquanto instituição sem localizá-la em um lugar político, social, cultural, sofrendo e provocando interferências a partir de relações diretas com outras instituições que compõem este campo. Ainda, não é possível compreender a universidade sem posicioná-la como parte inerente de outras instituições, tais como o ensino, a ciência, as tecnologias, o trabalho, etc.

Assim, da mesma forma que necessitamos localizar a instituição universidade como parte inerente de outras instituições, é possível compreendermos a extensão nesta perspectiva. A extensão é uma espécie de instituição dentro de outra instituição, com função e organização específicas que se diferenciam das demais práticas universitárias.

Como foi possível constatar ao delinear as suas linhas de composição,

poderíamos afirmar que a extensão enquanto instituição dentro de outra instituição sofreu alterações significativas em determinados tempos e espaços.

Para compreendermos estas transições e emergências de determinadas práticas de extensão, precisamos buscar fora dessa instituição as redes de aliança, apoio e comunicação que foram se estabelecendo em cada espaço e tempo. É através da reconstituição destas redes que somos capazes de realizar uma análise genealógica da extensão enquanto instituição.

Na Europa do final do século XIX, por exemplo, evidenciamos uma conexão direta do socialismo cristão com práticas extensionistas de perspectiva assistencialista. De fato, as bases que sustentavam o socialismo cristão, bem como as práticas assistencialistas da extensão neste período, parecem ser muito próximas. Ainda, o fato de o foco principal destas ações serem grupos pobres de “classes populares” evidencia um interesse comum.

Foucault em “A verdade e as formas jurídicas” (1973/2002) chama a atenção para organizações que surgiram a partir do século XVIII na Inglaterra, voltadas para a promoção de uma reforma moral nas “classes mais baixas”. Aristocratas, bispos e as classes “altas” em geral, apropriaram-se destas práticas de reforma moral como mecanismo de reificação da exploração sobre os pobres a partir de um controle moral.

O autor afirma que neste período existia uma perspectiva de que era necessário realizar intervenções junto às populações mais pobres para que estas cumprissem as leis. Foucault (1973/2002) resgata, inclusive, o relato de um Bispo que afirmava compreender que as leis eram feitas para estas populações específicas, considerando que as “classes mais altas” não necessitavam de leis para regerem suas condutas.

Bispo Watson, famoso em sua época, voltando-se para as elites da Inglaterra escreveu o seguinte: "Peço-lhes que sigam essas leis que não são feitas para vocês, pois assim ao menos haverá a possibilidade de controle e de vigilância das classes mais pobres." (FOUCAULT, 1973/2002, p. 94).

Este relato evidencia que as ações desenvolvidas neste período de enfrentamento a problemas sociais das populações mais pobres, como o ensino de boas práticas com a higiene pessoal, de informação quanto a direitos e deveres, de cuidado com a saúde, zelo

pelo patrimônio público, etc., funcionavam como forma de exercício de dominação sobre estes grupos.

Estas tecnologias de poder, como expressa em seu escrito Bispo Watson, voltam-se única e exclusivamente para esta população com o intuito de realizar o controle sobre ela, operando enquanto práticas disciplinadoras, em última instância.

Marx e Engels (1848/1997) denunciam estas práticas no próprio “Manifesto do partido comunista”, quando definem os socialistas cristãos, como um falso socialismo, que contribuía mais para desmobilizar o proletariado para a luta do que como uma perspectiva política para a transformação social. Esta crítica se dava a partir de argumentos semelhantes, compreendendo que a caridade cristã não correspondia às necessidades de conscientização do operariado para a luta de classes.

Neste sentido, podemos evidenciar que mesmo em ações que eram desenvolvidas junto a sindicatos e grupos políticos, estas práticas pareciam possuir um viés de controle sobre os sujeitos. Com isso, é possível constatar que para além de uma perspectiva política conservadora, pautada na caridade como forma de “limpeza da alma”, há nestas práticas uma tecnologia de poder estabelecida com fins de disciplinarização de determinadas populações.

Esta ação, em seu caráter político, não pretendia apenas amenizar ou colocar panos quentes nos conflitos cada vez mais intensos nesta época entre as diferentes classes. De fato, haviam relações de poder estabelecidas aí, e ações políticas desencadeadas a partir de diversos mecanismos de poder que pretendiam realizar a manutenção da dominação de uma elite sobre as populações pobres. A extensão assistencialista encaixa-se exatamente aí, como tecnologia de poder, com intenções de controle e dominação.

Já nos Estados Unidos do início do século XX, as redes de comunicação e relações estabelecidas são outras, possuindo também fins bastante distintos. Como vimos anteriormente, as práticas de extensão neste país estavam vinculadas a uma concepção desenvolvimentista, na qual a extensão, a universidade e a sociedade em geral apostam de maneira contundente. Esta perspectiva é amparada em um absoluto pragmatismo. A universidade, enquanto instituição, deve servir a sociedade, impulsionando-a e

respondendo a suas demandas.

Assim, a pesquisa deve produzir tecnologias para o desenvolvimento que estejam necessariamente voltadas para a resolução de problemas reais, estratégicos, subsidiando a extensão, que seria o veículo de aplicação direta destas “soluções” na realidade. Os estudantes, ao participarem deste processo, se capacitariam através da experiência empírica para resolver problemas a partir da produção e uso aplicado destas técnicas.

A universidade e a extensão funcionariam como encaixes maiores ou menores de uma grande linha de “produção de soluções”, em uma lógica de organização do ensino no formato industrial fordista mais clássico. Obviamente, estas demandas sociais dizem menos respeito à qualidade de vida das pessoas, à melhoria das condições de habitação, ou ao acesso a direitos, e mais a uma economia das práticas a partir da tecnificação objetificante das mesmas.

Esta perspectiva sempre esteve a serviço do desenvolvimento das empresas, da indústria, dos poderes estabelecidos e, de modo geral, do capital. A agricultura, área em que identificamos os primeiros relatos de ações de extensão naquele país, foi marcada pela aposta em tecnologias de ponta para o seu desenvolvimento e popularização. Porém, esta popularização não diz respeito a um interesse no acesso em si das pessoas às tecnologias, mas sim ao consumo destas tecnologias.

Neste sentido, a grande tecnologia desenvolvida a partir da experiência norte-americana não é exatamente esta aposta na tecnificação pura e simplesmente, mas sim nas lógicas administrativas que sustentam tais apostas, compreendendo-as como ferramentas de desenvolvimento de acesso ao consumo. O desenvolvimentismo sempre esteve a serviço do capital, sendo uma tecnologia de poder voltada para a reprodução de certo modo de subjetivação. Esta lógica, desenvolvida a partir do/para o trabalho, em pouco tempo foi sendo assimilada às mais variadas instâncias da vida.

Este movimento de tecnificação da própria vida, que segundo Weber (1930/2007) nos levaria a uma “morte térmica”, esboçou os primeiros elementos do que estava por vir. As lógicas administrativas, a partir de suas inúmeras atualizações e adaptações, foram ganhando espaço a ponto de transformarem-se no que é talvez a tecnologia mais potente de produção de certa subjetividade, pautada na lógica do empreendedorismo.

O que o momento atual das universidades – e em absoluto não somente elas – guarda em comum com a emergência desta prática de extensão é justamente esta lógica subjetivante de subserviência ao mercado, ao consumo (de produtos, de ideias, de demandas). O desejo foi capturado por esta lógica e sujeitado à lógica do capital (LAZZARATO, 2006). Daquele tempo para cá, o desenvolvimentismo ultrapassou as barreiras macro e micro estruturais, da nação e do indivíduo, para a captura das singularidades e das multiplicidades.

O movimento desencadeado por estas práticas pautadas em um desenvolvimentismo desenfreado transformou os próprios sujeitos em componentes maquínicos. Os sujeitos transformaram-se eles mesmos em tecnologias capitalísticas aplicadas em prol do autodesenvolvimento, os corpos, os afetos, os desejos, são elementos inerentes de um projeto de vida pautado na lógica do capital. Aqui tratamos também de uma outra perspectiva de Estado que se apresenta enquanto ferramenta de poder do capital financeiro (Negri e Hardt, 2001) que extrapola a noção de Estado-Nação totalizante.

Lazzarato (2006) evidencia este processo a partir do que ele nomeia como a lógica do empreendedor de si, na qual o sujeito assume por completo este saber administrativo como ferramenta para a satisfação de seus desejos. Desejos esses absolutamente capturados, de consumo, de financiar aquilo que os dispositivos de subjetivação a serviço do capital vendem como necessários para uma boa vida.

A extensão, como não poderia deixar de ser neste contexto, apresenta-se como elemento de reprodução destas tecnologias de poder. Não parece ser exagero apresentar como herança dessas práticas as ações de extensão voltadas para o desenvolvimento do espírito empreendedor em jovens de periferia. Estas práticas, muito comuns em nossos tempos, corroboram o processo de captura do desejo pelo capital. Estes jovens são sensibilizados a tornarem-se este componente maquínico flexível à disposição do capital financeiro, corpo, afeto e desejo a serviço do consumo.

Por fim, esta composição latino-americana, caracterizou-se por se opor à importação de modelos de universidade europeu e norte-americano. A extensão na América Latina buscava, enquanto instituição, delimitar seu território, opondo-se à lógica

universitária hegemônica. Se na Europa a extensão buscava realizar certa manutenção do *status quo* e nos EUA uma ampliação e aceleração de um modelo de sociedade e de vida, na América Latina, a palavra-chave sempre foi a emancipação.

Nesse sentido, a instituição extensão sob a perspectiva desta linha de composição carregou desde seus primórdios a responsabilidade de assumir como objetivo maior a vontade de provocar mudanças radicais na sociedade. Para isso, o interesse e o sentido das ações desenvolvidas buscavam evidenciar à necessidade de apoiar o empoderamento de grupos vulneráveis, à problematização crítica da realidade das pessoas mais pobres, e ao papel das instituições na organização da sociedade como cúmplices da dominação ou protagonistas na luta pela emancipação das pessoas e da transformação social.

Esta linha possui uma sustentação epistemológica e metodológica que se ampara no pensamento marxista. Há obviamente hibridizações com outros saberes, em especial das ciências humanas, que contribuem em certa medida no que se refere ao cuidado nas ações com comunidades de diferentes etnias e culturas.

Sendo assim, a extensão neste modelo também tem estabelecido para si princípios e procedimentos muito bem delimitados, o que por óbvio delimita também uma noção de método para a transformação. Logo, esta forma de fazer extensão acaba encontrando os limites característicos das instituições que se orientam por este pensamento.

Não pretendo aprofundar a discussão acerca desta linha de extensão neste momento, pois irei fazê-lo mais adiante com um cuidado maior, considerando a importância que este assume no contexto atual da extensão. Porém, é importante dizer que em uma análise que busca identificar o exterior deste modelo de extensão enquanto instituição é necessário levar em conta o caráter político imbricado nestas práticas.

Em uma dimensão ampla, as práticas extensionistas marxistas amparam-se em uma estrutura epistemológica e metodológica que torna suas ações demasiadamente inflexíveis no que diz respeito ao seu modo de pensar e agir no mundo. Ou seja, as ações que se pretendam transformadoras, mas que não se organizam a partir de uma base de sustentação dialética marxista, de modo geral, são consideradas problemáticas e equivocadas, no que se refere ao seu caráter emancipatório.

Esta postura, pouco aberta a outras possibilidades de análise da realidade e

procedimentos metodológicos, demonstra certa contradição com o próprio discurso adotado neste modelo, acerca da primazia do diálogo e da horizontalidade.

Ao que parece, também há aqui uma tecnologia de poder estabelecida, que opera no sentido de reproduzir certa perspectiva de mundo a partir destas práticas. De fato, as ações de extensão propostas sempre demonstram uma intenção de “conscientização das massas”, e de organização destas para a luta de classes, ou para a transformação social, nos moldes marxistas.

Como já foi afirmado anteriormente, estes três distintos formatos trazidos aqui, estabelecidos em determinados períodos e lugares, em certa medida seguem inspirando as práticas que temos hoje, hibridizando-as. De modo geral, as ações de extensão que encontramos hoje podem ser caracterizadas como hibridizações singulares destas linhas.

Porém, é importante salientar que quando identificamos em períodos e lugares específicos linhas de composição de certa extensão, não pretendemos universalizar estes modelos. Afirmar estas formas de fazer extensão que surgiram e ganharam corpo na Europa, nos EUA e na América Latina, não é afirmar que toda e qualquer prática de extensão nestes diferentes momentos e espaços tenha se dado nestes moldes. Também não pretendemos afirmar que as práticas extensionistas de hoje são resultado direto destes modos de fazer extensão, sendo uma mera reprodução dos mesmos.

A extensão tem sido um espaço constituído incessantemente por aqueles que a ocupam e, em especial, pelas relações estabelecidas nessas práticas. Se podemos evidenciar a partir de um fora para dentro da instituição extensão estas tecnologias de poder operando em lógicas disciplinadoras e/ou de controle, qualquer um que vivencie tais práticas facilmente identifica práticas de resistência que constantemente desterritorializam estes mecanismos.

O que está em jogo são relações de poder que, como afirma Foucault (1988/2011), nunca se dão de forma unilateral, pois não há dominação sem resistência. A resistência, que desconfigura aquilo que a extensão institucionaliza, é o elemento chave do lugar ocupado pela comunidade nestas práticas. Da mesma forma, tais práticas de resistência também são protagonizadas por extensionistas, pois não é incomum professores, estudantes e funcionários provocarem eles mesmos rupturas com o que está instituído na

extensão.

O fora da extensão enquanto instituição está diretamente relacionado com as lógicas instituídas e formalizadas destas práticas. Na medida em que extensionistas e comunidade são capazes de evidenciar o que está instituído nestas práticas desde o seu fora, estes são capazes de compor estratégias de resistência, de criação de modos de atuação micropolíticos em extensão que escapem daquilo que está instituído.

Esta primeira estratégia metodológica foucaultiana, portanto, de "passar por fora da instituição para substituí-la pelo ponto de vista global da tecnologia de poder" (1977/2008, p. 157), é também um movimento necessário na própria pesquisa de descolar-se, por um lado, de uma perspectiva demasiadamente distante, que fala somente de modelos estabelecidos e "grandes linhas" de composição. Por outro lado, este deslocamento para fora permite também descolar-se da institucionalização do movimento do pensamento, efeito de estar imerso cotidianamente nesta instituição.

2.2.2. Movimento para fora da função

Debater a função da extensão é colocar em questão a relevância da existência destas práticas na universidade. Por conta disso, certamente este é o debate que acompanha muitos extensionistas. Buscando dar certa estruturação didática a esta questão, é possível dizer que a extensão apresenta duas funções básicas formalizadas, uma externa e outra interna.

A partir da análise de seus documentos balizadores, constata-se que a função externa da extensão é apropriar-se, pensar e atuar junto à sociedade nas suas demandas. De modos distintos, a partir de estratégias múltiplas e singulares, a extensão procura voltar-se para a sociedade, funcionando como indutora de aproximações desta com a universidade como um todo.

As demandas com que a extensão trabalha de modo geral relacionam-se com questões sociais, referentes a grupos marginalizados e comunidades empobrecidas, ou a assuntos sociais estratégicos que possuem impactos significativos na vida das pessoas.

Mesmo nas práticas de vertentes mais próximas da linha de composição norte-americana, ainda que tendo seu foco não necessariamente no sujeito, há uma pretensão de atuar a partir destas dimensões, considerando a necessidade de suas ações serem articuladas com questões sociais.

De modo geral, as práticas de extensão amparadas em uma perspectiva cristã assistencialista, desenvolvimentista neoliberal, marxista emancipatória, ou seja qual for a sua inspiração, possuem uma necessidade de vincular-se com políticas sociais, tendo em vista as próprias diretrizes da extensão. Assim, o que se altera de uma perspectiva para outra não é a função formal em si, mas sim a estratégia metodológica proposta e a concepção que a sustenta. É esta função externa de vincular-se à sociedade buscando organizar-se a partir das demandas sociais que a constitui e a identifica.

Para pensarmos a função interna da extensão, gostaria de retomar mais uma vez minha inserção neste campo. Atuo na extensão da universidade em que trabalho como membro de uma equipe de assessoria a projetos de extensão. Amparamos nosso trabalho em um esforço de alinhamento à concepção de extensão expressa nos documentos de referência sobre determinadas funções desta prática. Este alinhamento não se sustenta somente pelas necessidades legais que qualquer instituição possui para garantir avaliações externas positivas, cumprindo as exigências do Ministério da Educação.

O desafio posto neste trabalho é o de constituir um quadro de projetos e programas amparados em uma concepção de extensão crítica, aberta, horizontalizada e comprometida com as comunidades que compõem a realidade local. Para isso, um dos primeiros movimentos realizados pela atual gestão da extensão foi construir uma política de extensão institucional, diretamente conectada no âmbito conceitual e metodológico com a política, o plano e as diretrizes nacionais para a extensão.

Os objetivos desta atuação são expressamente políticos, a função posta aí, a partir de processos formativos desenvolvidos pela equipe, é a de desencadear mudanças efetivas no modo de funcionamento da universidade. Por conta desse objetivo, as diretrizes estabelecidas acabam sendo um instrumento de “sensibilização” para a reflexão acerca das práticas em extensão. Quando colocamos em questão os modos de fazer extensão, buscamos demonstrar uma certa convergência entre uma perspectiva mais

crítica da extensão e as referências legais que sustentam esta prática.

Este método de trabalho estabelecido, de processos formativos que buscam sensibilizar professores, estudantes e funcionários para a reflexão acerca de suas práticas, traz à tona esta função interna da extensão. Tal função diz respeito a necessidade de provocar mudanças na universidade. A vinculação com a comunidade, a abertura da universidade para esta, a valorização dos saberes populares, são estratégias para provocar que esta instituição, que é comunitária, esteja implicada com as demandas da realidade local. Porém, esta função extrapola a própria extensão, pois pretende que a universidade como um todo se aproprie desta perspectiva.

Esta função da extensão é amplamente defendida e valorizada pelos fóruns de extensão, tanto o das instituições de ensino comunitárias quanto das públicas. De fato, a extensão tem sido um dispositivo fundamental de tensionamento dos modelos de universidade em disputa. Esta característica expressa em seus documentos o reconhecimento deste espaço e a defesa de uma universidade crítica e comprometida com a realidade social e sua transformação (FORPROEXT, 2012; FOREXT, 2013).

Apesar deste exemplo que trago fazer referência a uma aproximação bem definida a uma perspectiva de extensão crítica, é possível perceber que esta função interna da extensão sempre esteve presente em seus diferentes modelos. Por interesses distintos, a extensão sempre foi compreendida como uma prática fundamental para provocar mudanças na universidade.

Na extensão assistencialista, a necessidade de “retribuir” à sociedade a possibilidade de produzir conhecimento nas universidades. Na extensão desenvolvimentista, a experimentação prática por parte do aluno no seu campo profissional, e o próprio uso direto da *expertise* universitária para o desenvolvimento.

Fica evidente que nos diferentes momentos e espaços a emergência de um certo modo de fazer extensão sempre esteve associado a uma “crise identitária” da universidade, ou, minimamente, a uma provocação do lugar que esta ocupa.

A função da extensão, portanto, em determinados momentos contribui para a reprodução da lógica hegemônica da universidade, perpetuando certa distribuição de poderes entre os sujeitos. Já em outros contextos, surge com o intuito de provocar

tensionamentos nas formas hegemônicas estabelecidas da universidade operar.

De qualquer modo, até aqui, tratamos das funções formais desta prática. É preciso agora realizar o movimento de exteriorização da função. Para isso, Foucault (1977/2008) alerta que não é possível explicar uma prática a partir da sua função, sendo necessário compreendê-la através da economia geral do poder que a estabelece.

Eis o segundo princípio metodológico, ou deslocamento proposto pelo autor (1977/2008), ao afirmar que devemos "substituir o ponto de vista interno da função pelo ponto de vista externo das estratégias e táticas." (p. 158). A função da extensão, por si só, pode muito bem justificar estas práticas. Porém, ao analisarmos com mais cuidado "a função em funcionamento", como o fizemos até aqui, identificamos uma série de incoerências, colocando em questão tais práticas.

Foucault (1977/2008), utilizando o exemplo das prisões, coloca em evidência o fato de que não é possível fazer a história real de uma determinada instituição a partir dos sucessos e fracassos da sua função. De fato, as estratégias e táticas que sustentam as instituições enquanto práticas se apoiam inclusive em seus déficits funcionais. Ou seja, os debates acerca da função da extensão, que buscam justificar a existência e a pertinência destas práticas, pretendem responder a pergunta: *A extensão funciona?* Ora, se do ponto de vista do cálculo da economia dos poderes estabelecidos no campo estratégico e tático da extensão se incluem sucessos, fracassos, equívocos, etc., as questões que deveríamos fazer é: *o que funciona na extensão? Para quem funciona?*

Da mesma forma que a existência da loucura é necessária para a manutenção de certa racionalidade, as "demandas sociais" são necessárias para a existência das práticas de extensão e da própria universidade. Assim, na medida em que avaliamos o que exatamente funciona ou não na extensão, podemos evidenciar que esta opera sob uma lógica que vai além da sua função formalizada.

As práticas de extensão, a partir de todas as características apresentadas acerca destas enquanto instituição, justificam-se a partir da necessidade de controle sobre uma determinada distribuição de poderes. Ou ainda, é a própria economia dos poderes distribuídos que constitui a prática em si, suas funções e o próprio cumprimento destas.

Mas para pensarmos a extensão a partir do exterior da sua função, é importante

também evidenciarmos de que forma ocorrem os movimentos de poder anti-hegemônicos neste campo. Resgatemos neste ponto as noções de estratégia e tática em Certeau, para que estas sirvam de auxílio nesta perspectiva.

Michel de Certeau utiliza em sua obra *A invenção do cotidiano* (1990/1998) o conceito de estratégia, tal conceito diz respeito a poderes exercidos por empresas, instituições científicas, o exército, etc. Estas instituições distinguem-se de sua exterioridade por possuírem um lugar, um algo “próprio”.

Este campo estratégico caracteriza-se também enquanto o domínio de um lugar ou território pela vista, sendo capaz de transformar tudo o que é estranho em objetos passíveis de serem observados, medidos, e, por isso, terem seus movimentos previstos e antecipados (DE CERTEAU, 1990/1998).

A extensão, enquanto campo estratégico, é ocupada pelos extensionistas a partir de seus saberes científicos. Em termos formais, quem “escreve o projeto” é o extensionista, é também ele quem realiza o “diagnóstico de realidade”, define o “público alvo” de uma ação, elabora a estratégia metodológica, etc. É o extensionista que “dispõe ou não o seu saber a serviço da sociedade” ou de uma comunidade específica, é ele quem recebe financiamento para subsidiar a atividade, quem escreve sobre a experiência, produz os relatórios, transforma as intervenções em artigos científicos, e quem filtra as falas que serão descritas nessas produções.

Esta condição é inerente ao extensionista, pois mesmo este buscando ter cuidados éticos em suas ações, para garantir que não haja atropelos nas relações estabelecidas, a própria preocupação com estas questões já denota a distinção de poderes que está em jogo.

Em contrapartida, a noção de tática diz respeito justamente à capacidade de os “homens ordinários” fazerem resistência aos campos estratégicos. Os homens ordinários, aqueles sujeitos considerados desprovidos de saberes, habilidades, ou qualquer forma de manifestação de poder, fazem uso da tática justamente na ausência de um lugar próprio. (DE CERTEAU, 1990/1998).

A noção de tática é a ação que se calcula tendo em vista esta ausência de um lugar próprio, uma vez que nenhum lugar lhe dá autonomia. Tática é um movimento no campo

de visão do inimigo, utilizando o espaço e a força deste em contraposição a ele. Ao mesmo tempo em que é o não lugar do homem ordinário que lhe dá mobilidade, esta condição lhe coloca em relação de dependência direta com o tempo e a circunstância da estratégia (DE CERTEAU, 1998).

Os homens ordinários produzem uma trajetória indeterminada, que na ordem de um lugar específico podem não fazer sentido algum, pois não obedecem as regras estabelecidas para o jogo (Ibidem).

Na cena inicial da intervenção junto à associação de mulheres, podemos evidenciar mais um movimento tático de desorganização do campo estratégico. Por um lado, constituíamos um campo repleto de “parafernálias” científicas para convencer aquelas mulheres a assumirem o empreendimento de economia solidária enquanto projeto de vida. Da parte das mulheres, silêncio e recusa. Se a simples manifestação verbal é lembrada por Certeau como uma das mais potentes formas de resistência, o silêncio foi suficiente para neutralizar nossa intervenção, e ainda, desterritorializar-nos enquanto extensionistas.

Uma das divergências entre de Certeau e Foucault é de que a tática enquanto manifestação de resistência, para o primeiro, caracteriza-se pela ausência de poder, considerando que a posse do mesmo pertence à estratégia (Ibidem). Já para Foucault, como vimos anteriormente, o próprio tensionamento entre o campo estratégico e as táticas seria a expressão daquilo que se dá a partir de um fora das instituições e de suas funções, em suma, nas relações de poder.

Novamente as diferentes perspectivas que cada autor propõe para estas noções se complementam, na medida em que a forma como de Certeau evidencia a tática expressa exatamente o caráter criativo do conceito de resistência em Foucault. O ato de criação de táticas, expressão dos modos de resistência dos homens ordinários, é o que caracteriza o fora da função da extensão.

Por fim, podemos afirmar que o fato das táticas de resistência que evidenciamos emergirem constantemente de dentro destas práticas, demonstram a incapacidade de compreendermos a extensão a partir da sua função. Em contrapartida, a compreensão da extensão a partir do exterior de sua função se expressa facilmente na positividade das

manifestações criativas de resistência às tecnologias de poder estabelecidas nestas práticas.

2.2.3. Movimento para fora do objeto

Finalmente, chegamos ao terceiro deslocamento ou princípio metodológico, que diz respeito à prática enquanto objeto. Este deslocamento busca “recusar-se a querer medir as instituições, as práticas e os saberes com o metro e a norma desse objeto já dado” (FOUCAULT, 1977/2008, p. 158). Busca-se, de fato, “apreender o movimento pelo qual se constitui através dessas tecnologias movediças um campo de verdade com objetos de saber” (Ibidem, p. 158), expressos a partir de certas tecnologias de poder.

Parece ser necessário retomarmos a noção central da proposta metodológica utilizada aqui, a fim de pensarmos com um cuidado maior o que está expresso nesta compreensão da extensão enquanto objeto constituído. Faz-se necessário compreender alguns elementos acerca da relação entre verdade, saber e poder em Foucault.

Um primeiro aspecto a ser considerado quando utilizamos a noção foucaultiana de poder é que este não diz respeito a uma instituição ou estrutura específica dotada de certa potência singular. Em sua obra “A história da sexualidade, vol. 1” (1988/2011), Foucault afirma que o poder diz respeito a uma condição estratégica e complexa em um determinado contexto de uma sociedade.

Já aí, podemos reafirmar aquilo que constatávamos acerca das relações estabelecidas nas práticas de extensão: não há uma relação de poder estabelecida unilateralmente entre universidade e sociedade ou extensionista e comunidade: o poder está distribuído a partir das relações estabelecidas.

[...] se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre

si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1988/2011, p. 102-103).

É importante compreender aqui, portanto, que a dominação massiva é ela mesma efeito homogêneo de uma sustentação sistemática de pontos interconectados de relações de poder estabelecidos intensivamente a partir de determinados tensionamentos (ibidem).

No lugar de pessoas ou estruturas, racionalidades de poder limitadas ao nível que as circunscrevem, que crescendo encontram apoio em outras formas de poder. Encontrando apoio, aí sim se relacionam e se propagam ainda mais, sempre buscando condições e formações conjuntivas (ibidem). Tendo isso em vista, devemos reafirmar a compreensão de que o uso de tecnologias de poder com vistas à homogeneização de determinadas práticas extensionistas não se dá pela intenção perversa de um determinado grupo que pretende a dominação.

De fato, como podemos constatar na figura do extensionista cansado, este campo é composto por sujeitos comuns, tão “ordinários” quanto aqueles referenciados por de Certeau, porém, ocupando um outro lugar dentro de um certo campo estratégico. Ou melhor, exercendo ele mesmo uma dupla função tática e estratégica em dimensões distintas no que se refere às instituições saber e trabalho.

Ainda acerca do poder, Foucault afirma que este não é exterior a outras formas de relação, ele é imanente a estas, e é justamente ele que as torna diferenciadas internamente a partir de desigualdades ou desequilíbrios (ibidem).

O que dá condições para o estabelecimento de determinada relação entre extensionista e comunidade, portanto, é o poder imanente a esta. Em especial, o que estabelece o desequilíbrio de poder nestas relações são os objetos de saber constituídos a partir desta.

O saber do especialista, tecnologia de poder a serviço do discurso científico é o que sustenta o desequilíbrio de poder nesta relação. O diploma, a titulação, a produção científica, o Currículo Lattes, os grupos de pesquisa, as coordenações de projetos de extensão, as orientações, os alunos, etc. A rede de conexões que estruturam o mundo

acadêmico, e ainda, as articulações estabelecidas com o Estado e seu sistema, com a sociedade e as instituições que a compõem, é o que sustenta o desequilíbrio de poder entre um extensionista e o membro de uma comunidade.

Com essas redes de fluxos de poder em perspectiva, podemos compreender com certa clareza que não há exterioridade “entre técnicas de saber e estratégias de poder” (FOUCAULT, 1988/2011, p. 109). Trata-se, portanto, de engendramentos de poder-saber estabelecidos em “focos locais”, mesmo cada um destes elementos tendo papéis específicos e articulando-se entre eles mesmos a partir de suas diferenças. São tais focos locais de poder-saber que configuram modos de sujeição e delineiam esquemas de conhecimentos (ibidem).

A partir deste panorama, podemos pensar que a extensão, enquanto objeto, é um campo de tensões que produz incessantemente objetos de saber. A demanda a ser trabalhada, as áreas de conhecimento em voga, os membros da comunidade, tudo está em jogo neste campo, tratando-se do estabelecimento de verdades acerca destes objetos, do uso de tecnologias de poder e táticas de resistência neste campo que vão constituindo a própria extensão, ela mesma enquanto objeto.

Neste sentido, podemos compreender também o lugar que ocupam os movimentos de resistência, sendo estes também manifestações de poder, pois onde há exercício de poder que “mira um inimigo/objeto de saber”, existe resistência.

[...] não existe, com respeito ao poder, *um* lugar de grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 1988/2011, p. 106).

É fundamental a noção de que as resistências se dão a partir de uma distribuição fundamentalmente irregular. As práticas de resistência se dão com densidades distintas no tempo, estabelecem focos, desencadeiam pontos ou nós em espaços diversos, podendo provocar levantes coletivos e individuais. Podem fomentar também rupturas radicais ou grandes binarizações, porém, sua característica mais comum é a mobilidade e a

transitoriedade, contendo a partir daí uma capacidade de provocar clivagens, rupturas, reagrupamentos. As resistências “[...] percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis.” (FOUCAULT, 1988/2011, p. 107).

A extensão, portanto, constitui-se também pelos movimentos anti-hegemônicos/homogêneos exercidos pelos sujeitos que a ocupam, em especial, pelas comunidades as quais os extensionistas se vinculam.

Neste sentido, podemos pensar também em quais são os movimentos por dentro das práticas de extensão que procuram horizontalizá-las, e que possuem a capacidade de gerar fissuras anti-hegemônicas nestes espaços. Mas, é importante compreendermos que tais práticas só são capazes de descristalizar essa objetivação da extensão enquanto tecnologia de poder a serviço dos saberes hegemônicos pela abertura que proporcionam aos atos criativos de resistência das comunidades.

Ou seja, o fora institucional, funcional e de objeto da extensão, está na capacidade de resistência daqueles que compõem esta prática. Provocar movimentos para fora, compreendendo este como elemento constitutivo destas práticas é dar potência a modos de resistência dentro destas práticas.

Compreender a extensão a partir desta perspectiva é inverter certa “ordem de valores”, pois a dependência estabelecida aqui não é a da comunidade com a universidade, mas o seu oposto. É a universidade que depende do poder constituinte de resistência das comunidades.

Não é à toa que se invistam em diretrizes que buscam estabelecer espaços na universidade com fluxos abertos à comunidade, horizontais, amparados na escuta e no diálogo. Fazer extensão de uma forma que permita condições de escaparmos destas lógicas hegemônicas é o ato de resistência possível dos extensionistas.

Estes extensionistas, cansados que estão, “aparelhados” em suas relações, anseiam por outras conexões possíveis, necessitam de uma efetiva redistribuição dos poderes, capaz de dar novos sentidos para suas práticas. É o desejo que os move, ainda que na exaustão dos enredamentos, são os minúsculos movimentos para fora das práticas instituídas que os mantêm vivos.

3. O QUE DIZER SOBRE EXTENSÃO DEPOIS DE FREIRE?

Seja o que for, já está mais do que na hora de os revolucionários reexaminarem seus programas, pois há alguns que começam a caducar. Já está mais do que na hora de abandonar todo e qualquer triunfalismo – note-se o 'falismo' – para se dar conta de que não só estamos na merda até o pescoço, mas que a merda penetra em cada um de nós mesmos, em cada uma das nossas 'organizações' (GUATTARI, 1985, p. 14-15).

De que serve afirmar a legitimidade das aspirações das massas se o desejo é negado em todo lugar onde tenta vir a tona na realidade cotidiana? Os fins políticos são pessoas desencarnadas. Eles acham que se pode e se deve poupar as preocupações neste domínio para mobilizar toda a sua energia em objetivos políticos gerais. Estão muito enganados! Pois na ausência de desejo a energia se auto consome sob a forma de sintoma, de inibição e de angústia. E pelo tempo que já estão nessa, já podiam ter se dado conta destas coisas por si mesmos! (GUATTARI, 1985, p. 15).

Pelo que foi possível constatar até aqui, compreendemos que a potência de uma prática de extensão está em sua capacidade de provocar movimentos de resistência ao que temos chamado aqui de “linhas maiores” de composição da extensão. Nesta perspectiva, parece necessário pensarmos com um cuidado maior uma destas linhas, compreendendo a importância desta como sendo uma “invenção nossa”.

Esta linha também se configura como sendo aquela que de forma mais contundente teve elementos seus absorvidos pela política de extensão instituída em nosso país de uma forma diretamente proporcional. Vale lembrar, conforme constatamos, que as três linhas de composição elencadas anteriormente estão muito presentes nas práticas e nas próprias diretrizes para a extensão, formando assim uma prática híbrida atravessada por estes elementos.

Porém, as linhas desenvolvimentista e assistencialista se fazem presentes em um caráter bem menos legitimado, sendo evidenciadas inclusive de uma forma negativa. Estas seriam formas recorrentes destas práticas acontecerem, por conta de certa perspectiva equivocada de extensão e universidade, demasiadamente acrítica.

Por outro lado, a linha de composição marxista, pela sua sustentação crítica e de intenções emancipatórias, tem uma aceitação muito maior. De fato, esta parece demonstrar ser a mais potente destas linhas de composição no que se refere a uma abertura a movimentos anti-hegemônicos na extensão. Ainda assim, esta é caracterizada enquanto “linha maior”, sendo necessário, portanto, analisarmos de forma mais contundente o que faz desta também um aparelho de captura com seus riscos e limites.

Há de se dizer que muito do que é problematizado em extensão, deve-se à perspectiva desta linha. Que a extensão tem sido muitas vezes uma prática colonizadora; que quando o saber científico se sobrepõe a outros saberes, esta extensão atualiza o *establishment*; que é preciso romper com este modelo, a partir de práticas amparadas no diálogo e na horizontalidade, entre outras constatações. Tudo isso já foi dito por esta extensão de fundamentos marxistas.

De forma mais específica, tais constatações foram brilhantemente sistematizadas por Paulo Freire em sua obra “Extensão ou Comunicação?”. Como já afirmamos, esta é a mais importante obra publicada sobre a extensão nesta perspectiva, tanto pela dimensão crítica quanto por seu caráter propositivo.

Tendo isso em vista, identifico uma dupla tarefa, extremamente complexa, ao colocar em questão a proposição freiriana para a extensão. A complexidade desta operação está justamente na importância da crítica freiriana para a extensão na América Latina. É muito difícil que se fale em extensão no Brasil e na América Latina sem que se faça referência a este autor. No Brasil, especificamente, a perspectiva freiriana é o elemento central de composição desta extensão híbrida. Os próprios conceitos de Freire, estão presentes inclusive nos documentos que orientam e dão as diretrizes para a extensão.

Porém, ao mesmo tempo em que saliento a importância desta obra e deste autor para a Extensão, compreendo a necessidade de colocarmos em questão alguns limites que este modelo de extensão e o próprio pensamento freiriano apresentam. Por mais que esta perspectiva tenha em si intenções emancipatórias, ela por si só não escapa de certo funcionamento cooptante enquanto prática, e é acerca destes limites que devemos nos debruçar.

É neste sentido que seria possível sintetizarmos a discussão acerca dos limites da extensão marxista perguntando-nos se há o que ser dito sobre extensão depois de Freire?

3.1 Sobre a obra “Extensão ou comunicação?”

Paulo Freire, durante o seu exílio no Chile, escreveu um pequeno livro que viria a tornar-se esta grande referência crítica às práticas de extensão tradicionais no Brasil. “Extensão ou Comunicação?” (1969) foi a obra que deu corpo a uma profunda reflexão sobre estas práticas. A proposição freiriana de extensão aproximava-se do modelo inaugurado na América Latina no início do século XX, porém, guardando características próprias das ideias do autor no que se refere ao papel da educação nestas práticas.

Freire aponta que a extensão nos moldes tradicionais, na própria semântica do termo já expressa a ação de estender algo, fazendo referência ao ato de *estender* conhecimentos e técnicas para além dos muros da universidade. Esta ação, invasiva e unilateral, será definida por este autor como um ato de invasão cultural, que se daria quando

[...] à ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a „outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, „normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante ao seu mundo. (FREIRE, 1969/1982, p. 22).

Neste sentido, o autor compreende a extensão neste formato como “propaganda que tenta persuadir” as comunidades a “comprarem” os saberes acadêmicos. Para ele, esta ação, protagonizada pelo extensionista, longe de ser um ato educativo, objetifica a comunidade “persuadida”, domesticando estes sujeitos, colonizando-os (ibidem).

É possível associar esta ideia de colonização inerente ao ato de invasão cultural com a noção de normalização proposta por Foucault. Para este autor, as práticas sociais são capazes de "engendrar domínios de saber" (1973/2002), compondo técnicas,

conceitos e objetos novos, fazendo nascer, inclusive, outras formas de sujeitos de conhecimento.

O extensionista sempre é um especialista, seja ele psicólogo, enfermeiro, nutricionista, educador, etc. São sujeitos respaldados por um saber/poder especializado, capaz de constituir modos específicos de produção de subjetividade que atravessam os sujeitos, seu território e sua cultura.

A normalização, para Foucault, seria a associação entre o estabelecimento de um padrão de normalidade e certa regulação deste estado. Tudo que é anormal deve sofrer uma intervenção a partir de mecanismos de regulação. No que se refere a esta universidade com um discurso de caráter “colonizador”, a mesma busca intervir em situações, espaços e com sujeitos fora desta margem de normalidade, a fim de exercer certa regulação destes sujeitos, “normalizando-os”. Neste sentido, as noções de colonização em Freire e normalização em Foucault se aproximam, ao menos no âmbito da análise, sobre estas práticas.

Por conta destes aspectos, Freire afirmava que o termo extensão seria inconciliável com o conceito de educação, entendendo-a como “prática de liberdade”. Para ele, uma prática libertadora busca problematizar a realidade objetiva e concreta dos sujeitos, propondo que estes atuem criticamente sobre ela. Uma extensão enquanto prática libertadora, portanto, diria menos respeito ao termo e conceito de “extensão”, e mais ao de comunicação (1969/1982).

Freire sintetiza sua concepção de extensão enquanto comunicação, a partir da compreensão do processo de educar e educar-se em prática de liberdade, sendo esta a

tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (Ibidem, p. 25).

O sujeito que pretende *saber mais* deve compreender a si mesmo como alguém que *pouco sabe*, pois é somente na condição de sujeito que *pouco sabe* que este *desejará*

saber mais. É exatamente no encontro do *saber que pouco sabe* com aquilo que *não se sabe*, que se produz um *saber mais*.

Podemos evidenciar aqui a lógica dialética que ampara a proposta de extensão freiriana. A *tese* de que pouco se sabe cria condições para o encontro com a *antítese* do não saber. O fruto deste encontro, ou a sua *síntese*, é o saber mais, que na medida em que é compreendido também enquanto saber que pouco sabe, transforma-se em tese na expectativa de sua *antítese*.

É possível identificar a sustentação da noção de extensão enquanto prática libertadora em um pensamento dialético marxista também a partir da descrição que Freire faz da relação do homem com o mundo: “Atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, „envolvendo-o”, condiciona sua forma de atuar.” (Ibidem, p. 28).

Nesta perspectiva, a prática de extensão libertadora é efetiva somente quando a comunidade “apreende o aprendido”, sendo capaz de aplicar o aprendido em “situações existenciais concretas” (ibidem, p. 26).

Freire ampara-se não somente no pensamento dialético, como também na ontologia do trabalho marxista para demonstrar o processo e a participação do homem na transformação do mundo. Para o autor, o homem “não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo” (ibidem, p. 28), pois ele é “ser da práxis”, do trabalho e da transformação deste. É justamente na relação com o mundo que o homem é marcado pelos resultados da sua própria ação.

Foi Hegel que estabeleceu a noção de que é com o trabalho e as trocas que o homem supera a condição animal, tomando a universalidade como valor. O trabalho, nesta concepção, tem a dupla função de diferenciação e mediação, entre o prazer de produzir e a necessidade de compartilhar, por exemplo. A divisão do trabalho, neste sentido, ocorreria na dialética entre o Singular e o Universal (LAZZARATO, 2006).

É Marx, porém, que constrói a noção do trabalho como a ação que constitui o mundo, fazendo este conceito ultrapassar a noção de atividade econômica específica, para torná-lo o elemento chave da produção do mundo e de si. O trabalho, ou a práxis, para Marx, será a atividade do homem em geral, deixando de ser exclusividade do trabalhador

(LAZZARATO, 2006).

Assim, o trabalho, que enquanto conceito passou a existir somente na modernidade, acaba assumindo uma função lógico-conceitual muito próxima tanto em uma perspectiva capitalista quanto socialista. Lazzarato (2006) aponta que este conceito será expandido de forma ilimitada, assumindo uma forma universal e totalizante.

A constituição do mundo é pensada como produção, como fazer, como exteriorização do sujeito no objeto, como transformação e dominação da natureza e do outro pela objetivação das relações subjetivas (LAZZARATO, p. 15, 2006).

Podemos evidenciar em inúmeros momentos desta obra de Freire a ideia de que o homem possui o “direito” de dominar a natureza e transformá-la, a partir da sua necessidade. Esta capacidade como direito seria, inclusive, aquilo que o qualifica enquanto sujeito e o diferencia do animal.

Seguindo por dentro da lógica marxista, Freire diferencia “doxa” de “logos”. Doxa é o “domínio da mera opinião”, pelo qual o sujeito “capta a presença das coisas” (ibidem, p. 29), mas não se apropria criticamente delas. Esta operação se daria tanto na extensão colonizadora (assistencialista ou tecnicista) quanto na própria forma de compreender diversos fenômenos “das grandes maiorias camponesas da América Latina” (ibidem, 29). Doxa seria, portanto, uma forma de conhecimento pré-científica.

A aproximação da “razão” a partir da ação e da reflexão é que diria respeito ao “logos” que, quanto mais pautado na realidade, maior seria o alcance de “desvelamento” que este é capaz de produzir. Para Freire, a extensão envolve questões antropológicas, epistemológicas e estruturais. É justamente neste sentido que ele afirma a necessidade de o homem aprofundar a sua tomada de consciência da realidade em que está inserido.

Assim, o grande “equivoco gnosiológico” da extensão apontado por Freire é de que esta não deve buscar substituir a cultura das comunidades pela dos universitários. O papel do extensionista seria o de “conscientização”, de contribuir para que estes sujeitos afastem-se de uma “percepção mágica da realidade”, superando o conhecimento “preponderantemente sensível por um conhecimento, que, partindo do sensível, alcança a

razão da realidade” (Ibidem, p. 33), exercendo assim seu papel transformador.

Até aqui, é esta crítica à extensão que impera nos textos e referências encontrados acerca desta prática. Os textos produzidos no âmbito da extensão, em sua maioria, dizem respeito a relatos de caso, realizando sempre de forma periférica discussões que fundamentem estas práticas. Ainda assim, as referências críticas, de modo geral, sempre aparecem filiadas ao pensamento freiriano e à crítica marxista de modo geral.

A exemplo disso, Melo Neto também utiliza a ideia de extensão como comunicação, buscando compreender a universidade como parte da sociedade, que reflete e atua em seus processos sociais, econômicos e políticos (MENDES; GADELHA, 2009).

De Paula, evidencia que a universidade possui várias tarefas a serem cumpridas, definindo a extensão a partir daquelas tarefas que a ela são designadas, sendo as de

“[...] dialogar com ela [sociedade], tentar responder às suas demandas e expectativas, reconhecer a sociedade, em sua diversidade, tanto como sujeito de direitos e deveres, quanto como portadora de valores e culturas tão legítimos quanto àqueles derivados do saber erudito. É tarefa da extensão construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais. É tarefa da extensão a promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação.” (2014, p. 15).

As noções de interação dialógica, de reconhecimento dos saberes das comunidades, a liberdade e a emancipação, são referências claras à proposição freiriana de extensão. Aqui, a extensão é apresentada em um formato reconfigurado e atualizado, mas que guarda em si fundamentos básicos da mesma.

Melo Neto apresenta a definição de Rocha, de 1980, como a continuidade da crítica estabelecida por Freire. Rocha opta por definir aqui o que não pode ser considerado extensão. Para ele, esta prática não seria prestação de serviços, estágios, agregados de programas do governo, ou espaço para captação de recurso. Ele segue, afirmando ainda que extensão tampouco seria qualquer atividade que se dá na universidade de forma inominada, que não pudesse se caracterizar como ensino ou

pesquisa (2014).

É possível, nesse sentido, estendermos em certa medida esta compreensão freiriana de extensão ao modelo Latino Americano, uma vez que os fundamentos que sustentam ambas as práticas são os mesmos. Fazer extensão aos moldes que se constituíram estas práticas na América Latina, é trabalhar em uma “via de mão dupla”, pela qual quem educa também está aprendendo, em uma dialética do ensinar e do aprender que promove a transformação das relações dos sujeitos entre si e com o mundo.

3.2. Extensão é comunicação?

De modo geral, o “homem em sua plenitude” freiriano seria aquele que transforma o mundo a partir da sua relação com este e com os outros homens, mediatizado pelo próprio mundo. Sendo assim, só é capaz de fazê-lo o homem que tem consciência de si em uma totalidade, ou seja, consciência de classe.

A função do extensionista não seria, portanto, capacitar/domesticar, considerando que nenhuma técnica é neutra, mas sim de contribuir no processo de conscientização dos sujeitos, em sua emancipação.

Para Freire, a apropriação ou “ad-miração” da realidade que o sujeito deve construir, inevitavelmente, é a compreensão da realidade a partir de uma perspectiva expressamente amparada nos pressupostos marxistas. É somente quando o sujeito abandona seu “pensamento mágico” ou “pré-científico”, e passa a “ad-mirar” a realidade a partir de uma lógica pautada na razão, que este se conscientiza. Ao mesmo tempo, para o autor é a racionalização da prática extensionista dialética que permite à extensão cumprir sua função. Na perspectiva desta extensão dialética, pensar fora da razão crítica (logos) é equivocar-se (doxa), restando assim apenas um caminho possível, o da conscientização.

Este posicionamento político assimilado por esta perspectiva de extensão acaba assimilando as problemáticas do próprio marxismo. Esta sustentação a partir de uma concepção ontológica do trabalho, inscrita também em uma ontologia do sujeito,

apresenta sua sustentação no pensamento filosófico ocidental clássico. Esta filosofia, que centra o sujeito como elemento fundamental do mundo, aparece em Freire quando este afirma a capacidade e o “direito” do homem de dominar e transformar a natureza.

Em contraposição a esta perspectiva, Lazzarato (2006) propõe pensarmos uma outra ontologia, na qual o processo que constitui o mundo e a subjetividade tem seu ponto de partida deslocado do sujeito e do trabalho para o acontecimento. O autor evidencia este caráter ontológico do acontecimento, realizando certa bricolagem conceitual, aproximando noções deleuzianas e tardianas para demonstrar seu ponto de vista.

O autor faz uso do conceito de acontecimento em Deleuze quando este afirma o mundo em sua virtualidade e multiplicidade de relações. Os acontecimentos, portanto, são expressões de agenciamentos coletivos de enunciação (LAZZARATO, 2006).

O possível, nesta perspectiva, não está dado *a priori*, sendo preciso efetuar-lo. Os possíveis existem justamente naquilo que os exprimem, como nos signos, na linguagem, nos gestos, etc., atualizando-se/efetuando-se nos agenciamentos maquínicos, nos corpos (LAZZARATO, 2006).

Neste sentido, Lazzarato identifica duas formas distintas de pensar e praticar o possível. Estas duas formas podem ser evidenciadas a partir da oposição entre os pares conceituais possível/realização, e criação de possíveis/atualização (2006).

Se pensarmos na possibilidade em termos de possível/realização, a divisão de possíveis é dada antes na forma de oposições binárias: homem/mulher; capital/trabalho; natureza/sociedade; trabalho/lazer; adulto/criança; intelectual/manual; e assim por diante, de tal maneira que nossas percepções, gostos, afetos, desejos, papéis, funções já estão contidas nos limites dessas oposições dicotômicas atualizadas. Com o par possível/realização, temos a priori uma imagem do real, que precisa apenas ser realizada. A passagem do possível ao real não agrega nada de novo, uma vez que implica um simples salto na existência de qualquer coisa que já estava lá, no plano das ideias. (LAZZARATO, p. 17-18, 2006).

Poderíamos acrescentar a esta lista de oposições binárias diversos elementos que compõem o universo conceitual marxista, ou mesmo na proposição freiriana, tais como: alienação/conscientização, opressão/libertação, colonização/emancipação, entre tantos outros. Mas é possível compreendermos esta lógica que compõe tal constelação

conceitual a partir do próprio pensamento dialético, sendo esta a oposição binária por excelência.

A matriz tese/antítese/síntese, entendida como movimento natural das transformações do mundo, é o exemplo maior desta operação a partir do par possível/realização. A descrição do processo histórico como ele se deu, se dá e se dará no futuro, a partir da perspectiva dialética, é a crença em um possível que precisa apenas ser realizado.

Por outro lado, se pensamos na possibilidade dentro do regime de criação de possíveis e de sua atualização, o possível não mais orienta o pensamento e a ação de acordo com alternativas preconcebidas [...], trata-se de um possível que ainda precisa ser criado. E esse novo “campo de possíveis”, que traz consigo uma nova distribuição de potencialidades, descola as oposições binárias e expressa novas possibilidades de vida. (LAZZARATO, p. 18, 2006).

Em Deleuze, poderíamos compreender este campo de possíveis como o virtual, sendo o possível não a realização do que já estava dado, mas sim a possibilidade de produção do novo. A abertura ao possível é abrir-se “à emergência de uma descontinuidade na nossa experiência” (LAZZARATO, p. 18, 2006), constituindo a partir deste encontro um novo agenciamento.

Esta perspectiva estabelece um rompimento com o pensamento marxista na medida em que afirma o acontecimento enquanto abertura à efetuação de possíveis. Esta noção coloca em questão a ideia da necessidade de conscientização marxista/freiriana, por ela operar em uma perspectiva binária que busca reduzir o campo de possíveis a uma possibilidade amparada na lógica do ou/ou.

No que se refere às práticas, Lazzarato (2006) afirma que estes dois regimes de possível estão imbricados um no outro. O conflito, dentro do acontecimento, pode expressar o meio pelo qual o possível a ser efetuído se dará - a luta de classes como meio para o socialismo. Por outro lado, o conflito pode expressar uma “denegação” (p. 19) de quaisquer condições pré-estabelecidas. Neste caso, trata-se de uma contestação ao estabelecido, de um movimento de suspensão e neutralização, capaz de produzir uma abertura para o novo, para aquilo que não está dado.

Neste sentido, o marxismo operaria nos acontecimentos a partir de um esforço de fechamento ou binarização de possibilidades. Freire, ainda na mesma obra citada anteriormente, apresenta a estratégia de pessoas do campo no nordeste brasileiro para afastar as lagartas das plantações. Estes sujeitos colocavam um destes insetos preso em estacas fincadas nas laterais da lavoura, pretendendo assustar as demais lagartas que iriam “em procissão” para longe das plantações (1982).

O autor traz essa história para exemplificar a forma de funcionamento do “pensamento mágico”, ou “pré-científico”, que poderia ser encontrado entre os “sujeitos-alvo” de práticas de extensão. Este pensamento mágico, para o autor, deveria ser superado a partir da conscientização destes sujeitos de que outros elementos estão em jogo no que se refere à agricultura (1969/1982). Estes sujeitos deveriam conscientizar-se de sua condição no mundo, de subjugação a um sistema de dominação, para o qual eles deveriam despertar e contraporem-se.

A questão que se apresenta aqui enquanto problema é a conexão estabelecida entre a necessidade de conscientização e o problema a ser superado. Freire classifica a prática da respectiva comunidade como uma forma de pensamento mágico, qualificando-a como um modo inadequado de perceber a realidade. Associado a essa compreensão, sugere que para superar este equívoco, o papel do extensionista seria o de contribuir na conscientização destes sujeitos, reafirmando a ideia de que é somente a partir desta ressignificação de si e do mundo – da realidade concreta - que estes sujeitos estariam afirmando-se enquanto “homens em sua plenitude” (1969/1982).

Esta condição de alienação sugerida por Freire no exemplo acima demonstra uma das formas em que o marxismo compreende relações de dominação. Lazzarato faz frente à perspectiva marxista de dominação retomando este conceito sob uma ótica foucaultiana. Basicamente, seria preciso um movimento que buscasse despolarizar a dialética a partir do conceito de multiplicidade (2006).

A imposição de condutas e a sujeição dos corpos não podem ser explicadas por questões superestruturais econômicas. Há de se levar em consideração os inúmeros agenciamentos coletivos de enunciação que disparam modos de produção de subjetividade, tais como os saberes, o direito, a opinião pública, etc (ibidem).

O marxismo, por aproximar o conceito de dominação da noção de ideologia, amparando-se para isso no pensamento dialético e seus consequentes dualismos, acabou empobrecendo sua capacidade de análise, não sendo capaz de pensar a política na/com a multiplicidade (ibidem).

A tendência desta perspectiva de nivelar tudo à binarização entre proletário e capitalista, acabou reduzindo todas as formas de subjetivação à noção de classe, “achatando” as relações de poder ao conceito de exploração. O marxismo enquanto força moderna coopera com a “homogeneização do mundo em um só mundo possível” (LAZZARATO, 2006, p. 192).

Ainda amparado no pensamento foucaultiano, Lazzarato afirma que a estratégia assumida por este autor para escapar dos dualismos dialéticos do marxismo, bem como das suas análises economicistas, foi a de buscar não definir a sociedade a partir de seus modos de produção. O autor preferiu realizar suas análises da sociedade a partir dos regimes discursivos estabelecidos, pelos enunciados formulados por ela, e as visibilidades que estes efetuam (ibidem).

O que Lazzarato procura afirmar com esta distinção conceitual sobre a noção de dominação é justamente o caráter múltiplo que Foucault dá a esta noção. Conseqüentemente, a ampliação da possibilidade de análise dos acontecimentos amplia também o campo de estratégias de atuação possíveis.

O que pode ser evidenciado no exemplo utilizado por Freire é justamente uma binarização dos possíveis, ou um esforço de redução dos possíveis a um Uno-revolucionário. Ou a comunidade funciona a partir do pensamento mágico, ou se conscientizam. Os possíveis da agricultura no nordeste brasileiro dos anos 70 estariam, portanto, limitados a estas duas possibilidades.

Obviamente, o autor não tinha como intenção extinguir as práticas populares dessa comunidade, haja vista este autor ser lembrado justamente por sua compreensão de educação que tem como base a valorização dos saberes populares. O autor parte da necessidade de agir sobre a “realidade concreta”, e no contexto apresentado por ele, o que está em questão são as condições mínimas de sobrevivência que estas comunidades possuíam. Neste caso, o “pensamento mágico” das comunidades era percebido por ele

como um elemento inibidor, pois a fé nestas práticas estaria imobilizando os sujeitos, que não procuravam outras estratégias para a qualificação no cultivo agrícola.

Porém, esta realidade concreta, desenhada milimetricamente sob a ótica marxista, acaba ela mesma reduzindo as análises possíveis e as estratégias de atuação nesta situação. Por que a estratégia de atuação junto aos agricultores neste exemplo seria a da aposta no pensamento científico em detrimento às práticas populares? Necessariamente uma deve eliminar a outra? O que diferencia esta aposta em um saber científico como resolução de um problema comunitário daquelas práticas caracterizadas pelo próprio autor como invasão cultural? A diferença estaria na construção dialógica? Como dialogicizar a caracterização de uma prática cultural específica enquanto pensamento mágico sem colonizar o pensamento?

Parece que, neste ponto, sobrepõe-se a perspectiva marxista a certo saber local da comunidade, apresentada no exemplo de maneira expressa como “outra cultura”, a do pensamento pré-científico. Aqui, evidencia-se um esforço de fechamento dos possíveis para esta outra cultura, ao menos na perspectiva dada por Freire. É neste ponto também que identificamos o que se caracteriza talvez como o grande limite desta perspectiva de extensão marxista: a crença em uma forma de emancipação e transformação demasiadamente universalizante e unitária.

O comunismo, e de certo modo as práticas amparadas na perspectiva marxista, buscam inscreverem-se enquanto tendência no campo de possíveis, com vistas a serem efetuadas enquanto possível, a partir da ferramenta dialética:

O comunismo não é propriamente convocado, ele se encontra atuando desde sempre, inscrito, como tendência, nas contradições da situação atual. Aquilo que autoriza a falar do futuro, sem arriscar cair no arbitrário, é, portanto, a possibilidade de decodificá-lo no presente ainda a se realizar. Mas, dessa maneira, a estrutura de realização parece insuficientemente combatida: possuímos, sempre a priori, o futuro como imagem, graças à ferramenta dialética; o realizável é elevado apenas ao grau de necessário, enquanto o virtual conserva a forma antecipatória de um alvo (é desta maneira que o futuro continua a se antecipar no presente). (ZOURABICHVILI apud LAZZARATO, p. 19, 2006).

A análise freiriana busca denunciar o caráter alarmante da situação dos

agricultores nordestinos realizando certa previsão de futuro: Sem conscientizarem-se, estes sujeitos estão fadados à inanição. Esta inscrição de um futuro acoplado a uma necessidade premente de conscientização a partir da ferramenta dialética, expressa um esforço de efetuação de um possível marxista a partir da prática extensionista. Desta forma, estas práticas operam por dentro dos acontecimentos pretendendo efetuar este possível revolucionário-dialético, inscrito enquanto tendência no campo de possíveis.

Há aqui novamente a necessidade de uma negação no sentido da denegação referida anteriormente. A negação aqui é a esta binarização de uma emancipação de características pré-estabelecidas, dando margem para a criação de possibilidades de emergência da novidade, apostando na imprevisibilidade do acontecimento e em seu caráter múltiplo e heterogêneo.

O 'não' endereçado ao poder não é mais o ponto de partida de uma luta dialética, mas a abertura de um devir. Dizer 'não' constitui a forma mínima de resistência. E esta resistência deve-se abrir a um processo de criação, de transformação da situação, de participação ativa nesse processo (LAZZARATO, ano, p. 21).

Sendo uma recusa não dialética, trata-se também de uma participação ativa no processo que não diz respeito a uma “dialogicidade-dialética”. A dialogicidade fundamentalmente dialética proposta por Freire, expressa na ideia de uma extensão enquanto comunicação, leva-nos a colocar em questão de que ato comunicativo o autor está falando.

Se na medida em que o diálogo que se pretende estabelecer é a ferramenta indutora da conscientização marxista, a comunicação pretendida aí parece amparar-se ela também em uma relação binarizante entre universidade e comunidade.

Se a função da comunicação neste processo é fazer universidade e comunidade compreenderem-se entre si, sob o pano de fundo maior da conscientização, talvez esta prática de extensão não seja capaz de se afastar suficientemente de uma perspectiva colonizadora. E ainda, o conceito de comunicação nestas condições não parece ser suficiente para garantir práticas de resistência.

Lazzarato (2006) sinaliza que nas teorias da informação e da comunicação, as coisas já estão dadas. Os objetos, os meios de representação, os sujeitos, tudo e todos estão em condições e espaços previamente determinados.

A comunicação e a informação operam por dentro dos mundos possíveis procurando reduzi-los, a mera informação, a troca comunicativa, são estratégias de domesticação do acontecimento, tentativas de torná-lo previsível, ordenado às regras da comunicação representativa (Ibidem).

A noção de comunicação em Freire foi utilizada justamente para diferenciar esta de uma perspectiva informativa. Porém, a partir do que averiguamos, é possível afirmar que também em sua proposta comunicacional as coisas já estão dadas, sejam elas objeto, meio, comunicante e comunicado. Lazzarato (2006) faz uso da perspectiva de Bakhtin, sinalizando que tais elementos vão se construindo no processo de criação, inclusive os meios de comunicação (assim como as visões de mundo).

Assim, quando os processos de efetuação dados a partir dos acontecimentos são submetidos a uma lógica de reprodução via informação e comunicação, estes acabam sendo normalizados.

Trata-se de neutralizar o acontecimento, de domesticá-lo, de reduzir o imprevisível, o desconhecido da relação acontecimental (linguística e expressiva) ao previsível, ao conhecido, ao hábito comunicativo (LAZZARATO, 2006, p. 156).

Em oposição a esta perspectiva comunicacional, Lazzarato (2006) resgata também de Bakhtin a noção de enunciado para descrever as lutas entre diferentes forças sociais e políticas que compõem o território da expressão.

O enunciado jamais seria um mero reflexo de algo pré-estabelecido, mas sim a criação do novo e do irreprodutível, com sua invenção dada a partir de algo pré-existente (ibidem). Essa produção poderia ser definida enquanto a tensão produzida entre duas formas distintas de pensar e agir na expressão de uma determinada língua ou regime de signos. Tais formas são denominadas de plurilinguismo e monolinguismo.

Plurilinguismo seria "a criação diferencial de agenciamentos de enunciação [...]"

animada pelas forças sociais e políticas que visam à polifonia e à criação de novas possibilidades semânticas [...]" (LAZZARATO, 2006, p. 157).

Já o monolinguismo seria "as práticas de informação e da comunicação [...] constituídas por forças que visam à unificação, à centralização, à homogeneização, à destruição da multiplicidade e da heterogeneidade das falas, das línguas, das semióticas [...]." (ibidem).

O monolinguismo opera a partir da produção de normas linguísticas, mas não sendo estas compreendidas apenas em seu caráter repressivo, e sim como força criadora da "vida da linguagem", unificando-a, "transcendendo o plurilinguismo". No interior de uma língua nacional multilíngue, a linguagem oficial, literária, reconhecida, forma um núcleo cristalizado no qual defende a unidade frente à potência do crescente plurilinguismo (ibidem).

Em contraposição a esta força social monolinguística, Bakhtin chama a atenção para uma outra força, quase sempre negligenciada pela cultura filosófica e linguística, força essa com características descentralizadoras e centrífugas. É nesta força que identificamos as capacidades de resistência, de fuga e de criação, ações essas que constituem a multiplicidade linguística, ou, o plurilinguismo (ibidem).

Porém, não devemos compreender estas distintas forças em uma perspectiva dicotômica de criação e repressão, pois ambas são forças produtivas. Enquanto uma busca a unidade na variedade, a outra procura a variedade e a multiplicidade por elas mesmas (ibidem).

A diferença encontrada entre as duas são as distintas formas que cada uma utiliza as máquinas de expressão. No monolinguismo, temos a lógica da reprodução e da unificação a partir da comunicação e da informação. No plurilinguismo, temos um diálogo interminável, incapaz de acabar, uma diferença produtora do diferente. De um lado, a unidade, do outro a multiplicidade, a "plurivocalidade" (ibidem).

Estas distinções de modos de expressão, embora sejam feitas em um campo da linguística, trazem elementos que nos levam a pensar sobre a proposição freiriana para a extensão. Poderíamos falar de uma perspectiva comunicativa monológica, quando esta é compreendida como ferramenta capaz de mediar a unificação de ideias por meio do

diálogo. O ato comunicativo, nesta perspectiva criticada por Lazzarato, busca estabelecer entre sujeitos heterogêneos um certo “nivelamento” comunicacional capaz de compor esta unificação.

A noção de educação em Freire nesta obra, que demonstra a valorização de saberes e culturas populares, não se traduz em uma perspectiva plurilinguística. Quando se trata de efetivamente enunciar modos de expressão, como vimos anteriormente, é o diálogo-dialético que prevalece, como modelo linguístico unificante.

Neste sentido, podemos evidenciar na proposição freiriana um esforço de “liberação plurivocal”, que pretende afirmar outros modos de comunicar, porém, sua prática ainda é marcada por estar amarrada na “armadilha” dialética de força centrípeta homogeneizante. Freire propõe o diálogo, mas utiliza da dialética, o que acaba delimitando de forma muito específica as possibilidades de expressão.

Seria preciso uma ruptura efetiva com estas forças centrípetas, fissura essa capaz de amparar-se em outros modos de agenciamento expressivo, que potencialize a multiplicidade e a diferença. Lazzarato (2006) irá propor a conversa como estratégia alternativa de expressão.

Para este autor, a conversa é o meio vivo do agenciamento coletivo de expressão, pelo qual se forjam desejos, crenças e valores. Na perspectiva da filosofia da diferença, a conversa é a potência constitutiva diferencial/diferenciante da vida cotidiana (ibidem).

O autor afirma ainda que para Tarde é a conversa a causa contínua e universal das transformações sociais nos mais variados âmbitos da vida, tendo tido desde sempre sua importância negligenciada (ibidem).

Em minhas palavras ressoam todas as vozes que já se apropriaram delas ao longo da história, mas também ressoam todas as vozes que futuramente delas se apropriarão. O outro não está somente presente na palavra já enunciada, ele é também um elemento constitutivo imanente a todo enunciado por vir. Ora, para Bakhtin, o outro e suas palavras são mundos possíveis; conseqüentemente, a relação com as palavras do outro é sempre um encontro acontecimental, e não uma simples troca (linguística) ou um reconhecimento intersubjetivo (LAZZARATO, 2006, p. 164).

Quando falamos, pelo menos metade de nossas palavras é de outrem, este outro,

portanto, participa ativamente da troca verbal. Mesmo quando o outro se cala ele é co-criador e co-atualizador de mundos possíveis contidos em cada conversa. A palavra do outro permite abertura, intersecções com nossas próprias palavras, criações de possíveis, sendo esta não uma questão linguística, mas sim política e ontológica (ibidem).

É neste ponto que podemos retomar o intuito inicial deste capítulo. Reitero aqui que a pretensão de colocar em questão o pensamento freiriano em nenhum momento foi no sentido de desconsiderar sua relevância para as práticas de extensão no Brasil e na América Latina. Sua obra é absolutamente potente e inspiradora, e não me refiro somente ao livro específico ao qual fiz uso para problematizar tais questões, mas sim ao trabalho de uma vida dedicada aos estudos e reflexões sobre a educação e de todas as questões que cercam este tema. Da mesma forma, não quero negligenciar a importância que tiveram e ainda têm em nosso país e na América Latina em geral as práticas de extensão identificadas com a perspectiva marxista. Ainda são estas ações que exercem com maior força e intensidade tensionamentos importantes para mudanças necessárias nas universidades e na sociedade em geral.

Meu intuito é o de fazer jus às discussões realizadas até então, ampliando o campo de argumentos possíveis, em um esforço de destituir aquilo que está dado, em prol da produção de alternativas reflexivas outras.

Investigar as práticas de extensão tem provocado esta necessidade de ir além da vontade de transformação, ou melhor, para o interior deste desejo de mudança. Por consequência, investigar o desejo de mudança por dentro das práticas que pretendem efetivar tal vontade, tem nos jogado de volta para fora destas. O desejo, assim como a extensão, possui sentidos para além daquilo que está dado/capturado – de uma forma minimamente passível de expressão – quando exteriorizado ou *extensionado*.

Neste sentido, vontade de *extensionar* desejos de mudança é o que mais podemos identificar na obra de Freire, assim como é esta a expressão do que é mais potente na extensão que podemos identificar em várias ações de extensões revolucionárias espalhadas por todos os cantos.

É necessário pensar, portanto, o que nestas práticas é capaz de fazer a extensão enquanto acontecimento escapar das tentativas de redução de seu campo de possíveis. Em quais movimentos realizados, relações estabelecidas, conexões e alianças constituídas, somos capazes de identificar as práticas de resistência aos grandes aparelhos de captura que operam nestas práticas.

Ao que parece, não se trata de abandonar práticas consideradas capturadas por “linhas maiores”. De fato, a investigação até aqui tem denotado que a extensão se caracteriza justamente pela impossibilidade de compreendermos esta prática por uma linha ou outra, “maior” ou “menor”. A extensão é composta por esta relação indissociável de movimentos singulares, em um processo constitutivo permanente que vai compondo universidade e comunidade.

4. OS MOVIMENTOS MINORITÁRIOS DA EXTENSÃO

4.1 Linhas molares e fluxos moleculares da extensão

Finalmente retorno à cena, e também àquele estranhamento disparador desta exaustiva, porém, necessária digressão. Este movimento de suspender a extensão a fim de compreendê-la a partir de outra perspectiva possibilitou novos contornos para esta prática e para a própria cena descrita inicialmente.

Porém, é importante salientar, o movimento que nos leva novamente à cena não é circular, não diz respeito a um retorno ao ponto inicial. Trata-se de retomar a cena, que adquire velocidade na medida em que colocamos em questão a extensão enquanto prática. Neste momento da pesquisa, o estranhamento inicial que provocou estas reflexões também aumenta de intensidade, o que potencializa ainda mais a cena da *nossa* intervenção. A mensagem-martelada de recusa que recebemos do grupo de mulheres da vila reverbera mais alto, sua potência desterritorializante ganha uma evidência ainda maior. É preciso estranhar para encontrar, e perder para inventar.

Nossos esforços e cuidados em garantir um distanciamento de práticas colonizadoras e de uma postura de suposto saber não haviam sido suficientes, pois nada naquele momento poderia ter nos preparado para o limite entre *nós* e *elas* estabelecido pela associação. A característica de uma desterritorialização é como o da dissolução do chão no qual nos apoiamos, é a perda de equilíbrio na medida em que o que nos sustenta é dissolvido.

No que se refere à nossa intervenção, os elementos territorializados que nos sustentavam diziam respeito a conceitos muito bem consolidados: *público alvo*, *alienação/conscientização*, *produção de autonomia*, *emancipação*, *transformação social*, *etc.* Indiferentes a essa nossa maquinaria conceitual, as mulheres da associação exerciam uma autonomia que éramos incapazes de compreender, produzindo uma recusa que, naquele momento, tomávamos como “irracional” em relação à nossa intervenção. Esta

recusa venceu a nossa força racionalizante que tentava afirmar a negativa delas como “representação de alienação”. Sua potência desterritorializante dissolveu o nosso aparato conceitual, nossa sustentação, ao mesmo tempo em que deu brecha para a possibilidade de constituirmos outra perspectiva sobre nossas práticas.

Foi o impacto desta cena, o efeito desta recusa, que provocou este movimento, o desejo de realizar tal investigação e de colocar em questão a extensão enquanto prática. Ao mesmo tempo em que chegamos aqui por efeito deste tensionamento, é esta própria característica da *ex-tensão* que gostaria de colocar em questão.

Circunscrevemos até aqui alguns aspectos destas práticas, buscando retomar traços deixados pelas linhas que a compõem e delimitam certo território da extensão. Território móvel, dinâmico, constituído por relações estabelecidas, alianças pactuadas, maquinarias utilizadas nas “intervenções” e na resistência a estas, enfim, as *tensões exteriorizadas* neste meio.

Fazer extensão, em certa medida, parece ser jogar este jogo de forças, no qual cada jogada diz respeito a táticas assumidas, a posicionamentos éticos e políticos em um campo estratégico, indissociáveis dos modos de vida assumidos por cada um dos envolvidos nestas práticas.

Neste sentido, gostaria de recolocar este movimento de recusa realizado pelas mulheres e o tensionamento provocado pelo mesmo. Até aqui, diferenciei alguns movimentos, algumas formações nestas práticas que falam de “um lado” em linhas “maiores” de composição da extensão, constituídos enquanto modos de dominação. De um “outro lado”, ou em um outro polo destas relações estabelecidas, alguns movimentos de resistência, que operam no sentido de destituir estes efeitos de dominação identificados nestas linhas.

Há um elemento demasiadamente sutil que acompanha as discussões realizadas até aqui, e que de alguma forma perpassou transversalmente esta investigação, fazendo necessário o analisarmos neste momento. Facilmente caímos em “armadilhas” binarizadoras do pensamento, considerando os elementos levantados até aqui, poderíamos facilmente afirmar que se trata de uma luta entre lados opostos. Estes polos de oposição poderiam ser identificados a partir da universidade e da comunidade,

entendendo o primeiro como aquele que quase sempre domina, e o segundo como quem resiste à dominação. De certa forma, os elementos levantados até aqui dão brecha para uma tendência interpretativa desta natureza.

Assim como afirmam Deleuze e Guattari em “Mil platôs, vol. III” (1980/1999), é muito mais simples ser um antifascista em uma dimensão molar (maior), sendo muito mais difícil identificarmos fascismos em nós mesmos, que estimulamos e nutrimos. Da mesma forma, seria demasiadamente simples identificarmos uma extensão maior que captura, domina, coloniza, e uma menor que resiste, escapa, potencializa outras possibilidades.

Por este motivo, é necessário realizar aqui outro movimento, que afaste esse plano de discussões de mais uma estratégia binária de pensamento, considerando que isso poderia nos levar aos mesmos problemas apontados pela pesquisa, quando referimos que a extensão possui fortes tendências a instaurar processos que contemplem perspectivas múltiplas e polifônicas.

É preciso, portanto, despolarizarmos o debate acerca da extensão, considerando-a a partir das diferenças qualitativas dos elementos que a compõem, no sentido de compreendermos seus processos constitutivos para além de antagonismos e oposições binárias. Neste sentido, não devemos aqui opor linhas maiores a outras menores da extensão, mas sim trazer a tona um segundo elemento constitutivo destas práticas, tão importante quanto o primeiro. Mais importante ainda, devemos compreender que estes elementos “maiores” e “menores” são indissociáveis no processo constitutivo das práticas de extensão, sendo a relação entre eles o elemento fundamental de análise.

Como estratégia para a realização deste último e necessário deslocamento conceitual, gostaria de trazer a noção de segmentaridade em Deleuze e Guattari, bem como a perspectiva que estes autores dão para os conceitos de molar e molecular.

Para Deleuze e Guattari, “somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções” (1980/1999, p. 76). Os estratos que nos compõem, a habitação, a brincadeira, o trabalho, a circulação, em todos eles a segmentaridade se faz presente e cada um deles, por sua vez, é segmentarizado em diferentes partes. Assim, a vida seria segmentarizada de forma espacial e social a partir de oposições duais, de classe, de gênero, idade, etc.

(Ibidem).

Tais segmentarizações se dão linearmente, nos atravessam e atravessam-se entre elas mesmas. Foram os etnólogos que construíram a noção de segmentaridade, para dar conta do estudo de sociedades primitivas que a princípio não possuíam um “Estado central fixo”. Para os autores, o Estado contemporâneo se mantém a partir de segmentos que ele estabelece ou deixa existir e a vida moderna endureceu de um modo singular as segmentarizações (Ibidem).

A ideia de Estado que endurece linhas de segmentarização correlaciona-se com a função da extensão de articular-se com políticas públicas. Há aqui a conjugação de linhas duras de segmentação estabelecidas entre máquina estatal e universitária, na medida em que afirmam modos de comportamento, estabelecem leis e exigem seu cumprimento (no campo científico ou jurídico).

Haveria, portanto, duas formas de segmentaridade: uma primitiva, de maior flexibilidade, e outra moderna, endurecida. As sociedades de Estado, para estes autores, funcionam como aparelhos de ressonância que fazem a convergência de centros de poder, comunicando estes entre si, criando espécies de buracos negros que atraem as forças para si. A segmentaridade se torna dura na medida em que os centros ou buracos negros se acumulam em um mesmo ponto, formando uma concentricidade de círculos de segmentarizações, a partir de uma ressonância dos centros de poder (Ibidem).

As linhas duras que compõem aquilo que havíamos identificado como linhas maiores da extensão são como centros de poder ou buracos negros que atraem forças para dentro de si. A benevolência cristã que compõe/atrai o assistencialismo, e que ainda respinga na vontade emancipatória dos extensionistas “marxistas”, articula-se com este lugar de fácil acesso do universitário que “sabe um saber melhor”. Linhas de segmentarização reificadas nas práticas, na medida em que um projeto é “institucionalizado” com um “objetivo” e um “público alvo”, temos um movimento de reterritorialização destas linhas em andamento.

Trata-se, portanto, de certa razão de estado linear – a qual a extensão em uma dimensão institucional se articula -, um tipo de geometria que vai compondo cidades, transformando o mundo todo em cidades, ou naquilo que elas mesmas são, tornando cada

vez mais duras as segmentaridades (Ibidem).

A segmentaridade é evidenciada sempre como a consequência da produção de uma máquina abstrata, porém, são máquinas distintas daquelas que operam de forma dura e flexível. Esta distinção, apesar de ser muito bem definida, não deve ser entendida como dois processos que se dão de maneira distinta, as segmentaridades duras e flexíveis são emaranhadas uma na outra, de um modo inseparável (Ibidem). Ou seja, da mesma forma que Foucault afirma a impossibilidade de que haja um foco de poder sem uma prática de resistência, não é possível identificarmos segmentaridades duras que não tenham sua emergência a partir de um tecido flexível. Da mesma forma, não há nada fora das massas e seus agenciamentos que seja capaz de explicar o surgimento da extensão emancipatória.

Toda a sociedade, bem como todo o indivíduo, é atravessada simultaneamente por segmentaridades molares e moleculares. Estas segmentarizações se diferenciam em seus termos, sua natureza, correlações e multiplicidades, mas coexistem entre si, atravessam uma a outra, sendo que uma sempre pressupõe a outra (Ibidem).

Consideremos conjuntos do tipo percepção ou sentimento: sua organização molar, sua segmentaridade dura, não impede todo um mundo de microperceptos inconscientes, de afectos inconscientes, de segmentações finas, que não captam ou não sentem as mesmas coisas, que se distribuem de outro modo, que operam de outro modo. Uma micropolítica da percepção, da afecção, da conversa, etc. [...] As próprias classes sociais remetem a “massas” que não têm o mesmo movimento, nem a mesma repartição, nem os mesmos objetivos, nem as mesmas maneiras de lutar. As tentativas de distinguir massa e classe tendem efetivamente para o mesmo limite: a noção de massa é uma noção molecular, procedendo por um tipo de segmentação irreduzível à segmentaridade molar de classe. No entanto as classes são talhadas efetivamente nas massas, elas as cristalizam. E as massas não param de vazar, de escoar das classes (DELEUZE; GUATTARI, 1980/1999, p. 83).

Neste sentido, é importante salientar que não basta diferenciar ou denominar uma prática enquanto segmentaridade molar, pois no interior desta identificaremos segmentos flexíveis, movimentos que revertem a molaridade, criando conexões moleculares (Ibidem).

Este aspecto nos remete ao ponto que gostaria de considerar como chave para compreendermos as práticas de extensão. Sem o elemento molar da nossa intervenção

apresentada na cena descrita, que possibilita uma ação da universidade junto à comunidade não haveria a recusa das mulheres, tampouco o tensionamento provocado por este posicionamento, assim como seus efeitos desterritorializantes. Ou seja, não haveria movimentos moleculares, produzidos em pequenos detalhes, que deturpam a molaridade da cena, recompondo as forças ali estabelecidas.

Isto não serve para justificar atos colonizadores, no sentido de que se eles não existissem não teríamos práticas de resistência. Pelo contrário, esta perspectiva denota a impossibilidade de criarmos uma extensão “melhor”, molecular, uma prática de resistência por excelência, pois se trata de qualidades diferentes. A chave para uma extensão anticolonizadora não está na invenção de uma extensão menor, molecular, mas sim na capacidade de estar atento às linhas molares e aos fluxos moleculares que constantemente atravessam e compõem estas práticas. Nada seriam os movimentos moleculares se estes não perpassassem as organizações molares, remanejando seus segmentos e suas distribuições binárias (Ibidem).

Como afirmam Deleuze e Guattari (1980/1999), todos estes movimentos e conexões são políticos. Para estes autores, tudo é político, sendo estes processos constituídos em dimensões macro e micropolíticas. A extensão está sim concatenada com grandes aparelhos de captura – ou ressonância: com o Estado, com o mercado, com interesses corporativos exteriores e interiores à universidade. Há elementos suficientes para demonstrarmos a macropolítica da extensão sendo exercida por toda a parte e em todos os momentos. Ao mesmo tempo, é possível acompanharmos fluxos menores, nas atitudes despreziosas de algumas mulheres ou em ações cotidianas de “homens ordinários”, que em movimentos micropolíticos subvertem a molaridade destas práticas. Tudo é macro e micropolítico.

A flexibilidade ou a maleabilidade não são necessariamente “melhores” que a rigidez da molaridade. Os autores alertam que o próprio fascismo possui características moleculares, operando com focos específicos que se comunicam entre si, até formarem um núcleo duro molar de um Estado totalitário. São essas micro-organizações, maleáveis e moleculares, que permitem a uma segmentaridade molar penetrar em cada célula social (1980/1999).

Como exemplo disso, poderíamos retomar a linha dura da produção de projetos de extensão, como estratégia de bloquear a realização de práticas extensionistas sustentadas em perspectivas micro fascistas.

O próprio surgimento da Política Nacional de Extensão, justifica a sua exigência de uma “rigoriedade metodológica padrão”, a fim de deslegitimar práticas que culpabilizem a pobreza ou moralizem os costumes, por exemplo. Propostas reacionárias constantemente ganham força e buscam adentrar o campo da extensão, como é o caso de projetos que propõem “capacitações para entrevistas de emprego”, por exemplo, que “ensinam” jovens pobres a comportarem-se adequadamente nas seleções de emprego, para que sejam capazes de acessar o mercado de trabalho.

Esta prática não é incomum, e facilmente pode surgir do desejo voluntarioso de um professor ou de um grupo de estudantes “bem intencionados” que “queiram fazer a sua parte”, compreendendo a extensão como sendo o lugar para estas ações. É justamente a linha dura da política de extensão que pode vir a vetar esta proposta micro fascista, no que se refere à formalização desta enquanto prática de extensão.

Com o intuito de esclarecer de forma mais contundente esta questão, os autores alertam para quatro equívocos de compreensão sobre a segmentaridade molecular que devem ser evitados. Podemos ao elencarmos estes equívocos, identificarmos de forma paralela aspectos que dizem respeito à molecularidade da própria extensão.

O primeiro seria de que basta ser maleável para ser melhor, devendo considerar-se aqui os “micro fascismos” citados acima como contraponto a esta percepção (Ibidem).

O segundo equívoco diz respeito à ideia de que o molecular se refere a um nível individual e/ou interindividual, pertencendo ao domínio da imaginação. A molaridade e a molecularidade estão em toda a parte, e, da mesma forma que uma não existe sem a outra, não há também uma realidade maior ou menor estabelecida para uma ou outra delas (Ibidem).

O terceiro equívoco remete à ideia de que o molar possui uma dimensão grande e o molecular, pequena. Aqui, faz-se necessário novamente salientarmos que a molecularidade, mesmo se dando em detalhes ou passando por grupos menores, implica em processos que são coextensivos, atingindo o campo social como um todo (Ibidem).

Por fim, o quarto equívoco diz respeito à ideia de que as diferenças qualitativas destas segmentações impedem que estas se confirmem uma na outra. De fato, estas segmentações estabelecem relações sempre proporcionais, porém podendo se dar de forma direta ou inversa (Ibidem).

Neste sentido, quanto mais fortalecida a organização molar, maior é a indução à molecularização dos elementos que a compõem. As conjunções molares estão permanentemente sendo trabalhadas por segmentações moleculares. Há sempre linhas de fuga correndo entre as segmentações, escapando de suas centralizações e totalizações (Ibidem).

Novamente nos remetemos à noção de que a extensão só pode ser caracterizada a partir dos seus processos molares e moleculares dados de forma indissociável. Em uma perspectiva micropolítica, a sociedade se caracteriza por seus movimentos moleculares, pelas linhas de fuga que emergem daí, movimentos de escape das formações binárias (Ibidem). As práticas de extensão, portanto, podem ser compreendidas a partir de sua molecularidade, de seus movimentos minoritários, de seus elementos mínimos, infinitesimais. Uma relação estabelecida por dentro destas práticas, como já constatamos, é capaz de afetar e *ex-tensionar* ela mesma, reterritorializando-a a partir de outros sentidos.

Por fim, ainda amparados em Deleuze e Guattari, poderíamos diferenciar a molaridade e a molecularidade utilizando os termos “linha” e “segmento” para as organizações molares (macropolítica), e “fluxo” para os movimentos moleculares (micropolítica). A linha dura é o esforço de sobrecodificação de códigos já desgastados, sendo o segmento a reterritorialização em linhas sobrecodificantes. Fluxo diz respeito à crença ou desejo, dois elementos componentes de todo e qualquer agenciamento. Um fluxo mutante implica um esforço de escapar das codificações molares, sendo o *quanta*, o grau de desterritorialização deste fluxo descodificado. (1980/1999).

Devemos, portanto, estar atentos às linhas duras da extensão, compreendendo suas estratificações molares, sua condição macropolítica. Ao mesmo tempo, devemos considerar constantemente o grau de desterritorialização que um fluxo é capaz de produzir dentro de uma prática, compreendendo seu efeito micropolítico enquanto

possibilidade de tensionamento daquilo que está instituído.

Esta ética da atenção em extensão é o que parece garantir condições para uma extensão não fascista. Aproveitando ainda a lembrança ao célebre texto de Foucault no prefácio de “O Anti Édipo” (1972/2004), podemos retomar aqui algumas das pistas deixadas por ele compreendendo esta obra como um manual para uma vida não fascista.

De uma maneira muito sintética, poderíamos dizer que a ação política, o pensamento, o desejo, a diferença e a multiplicidade podem ser ferramentas potentes no esforço da busca de afirmação de uma vida não fascista. Estas ferramentas servem para nos desindividualizarmos, considerando o “indivíduo como produto do poder”, e que os movimentos de desindividualização servem justamente para não os apaixonarmos pelo poder (1972/2004).

Fazendo uso destas pistas também para a proposição de uma extensão não fascista, seria importante pensarmos o poder a partir das suas infinitas imbricações, como nas relações e nos saberes. Trago estes dois elementos, por serem eles que talvez definam melhor as formas de manifestação do poder nestas práticas. É a partir da composição das relações de saber estabelecidas na extensão que poderemos compreender a distribuição de poderes neste espaço. Dessa forma, é o cuidado autocrítico permanente de estabelecer relações de saber e poder não fascistas que os extensionistas devem assumir.

Este é o caráter minoritário da extensão, não se trata de uma prática “pura”, livre de manifestações de dominação, pois nunca estamos “livres” de operarmos em uma perspectiva colonizadora. A extensão menor se manifesta em uma postura assumida que acaba redistribuindo os poderes, em um micro movimento que gera tensão e movimento nas relações, é a partir dos pequenos detalhes que as alianças e regras do jogo podem ser alteradas. A extensão menor é molecular, e por isso segue a natureza dos fluxos, mas esta mesma extensão também é maior e molar, apresentando-se a partir das linhas e das segmentações.

Estes movimentos minoritários operam um pouco como o conceito de literatura menor, conforme definição de Deleuze e Guattari. Para eles “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior.” (1977, p. 25). Trata-se, portanto, de uma prática que não se pretende hegemônica, que por

definição atua a partir de movimentos menores por dentro de linhas molares.

Tendo isso em vista, é possível identificarmos algumas conclusões desta investigação acerca das práticas de extensão. Buscarei aqui sistematizá-las a partir de três pontos que me parecem mais significativos.

4.2. Nós e Eles somos infinitamente heterogêneos

A relação entre universidade e comunidade, ou entre *nós* e *eles*, se dá na condição de uma intransponível distância, marcada pela heterogeneidade ou singularidade de objetivos, pretensões e desejos.

Para pensarmos esta relação, utilizo a noção de Outrem que Blanchot apresenta em sua obra “A conversa infinita”. O autor afirma que há uma distância intransponível na relação do Eu e o Outro, em uma perspectiva que ele denomina como filosofia da separação (1969/2010).

Outrem é o irredutivelmente Outro; o outro é o que me ultrapassa absolutamente. A relação com o outro que é outrem é uma relação transcendente, o que quer dizer que existe uma distância infinita e, em certo sentido intransponível, entre eu e o outro, o qual pertence à outra margem. Ele não tem comigo uma prática comum e não pode de forma alguma posicionar-se num mesmo conceito, num mesmo conjunto, constituir um todo ou juntar-se ao indivíduo que eu sou. (BLANCHOT, 1969/2010, p. 99).

Eu, separado de outrem, sendo este outro essencialmente aquilo que não sou, é justamente esta relação imposta a mim que me ultrapassa infinitamente. Esta relação que me escapa e me mantém separado, constituindo-me. Nada mais abstrato e real do que esta relação.

Podemos transpor esta noção para a relação colocada aqui em questão, da universidade e comunidade enquanto *nós* e *eles*. *Nós* nunca seremos como *eles*, pois na medida em que constituímos um vínculo, o que o estabelecerá é exatamente a distância *entre nós*.

Blanchot afirma que de modo geral, “as filosofias ocidentais são filosofias do Mesmo” (2010, p. 99), que não estão interessadas no Outro. Além disso, quando o Outro é evidenciado, é para ser compreendido como outro eu, procurando (assim como eu) ser reconhecido por ele. Esta busca por reconhecimento poderia se caracterizar como uma luta violenta que tentamos apaziguar por meio do discurso (ibidem).

Na medida em que a extensão trabalha na perspectiva de reproduzir o seu saber a partir de suas práticas, esta se ampara em uma filosofia do mesmo, que reflete sempre sua própria subjetividade no outro. Esta lógica de reprodução representativa do mesmo no outro justifica os movimentos de transposição de valores que sempre estão em jogo nessas práticas.

Se sou revolucionário, e por isso enxergo o mundo de determinado modo, percebo o outro como reflexo de mim mesmo. Ao mesmo tempo em que o outro não reflete a mim mesmo, entendo esta outra forma como deformação, oposição a mim, e, portanto, sinto a necessidade de adequar esta imagem à minha semelhança. A invasão cultural, nas suas mais variadas formas, é esta relação que um eu busca estabelecer com um suposto outro-eu. Ou ainda, uma relação entre *nós*, na qual supomos um *nós neles*.

Porém, o outro nunca reflete esta imagem que esperamos, pois *ele* é outra coisa que não *nós*. O outro é estrangeiro, vindo de outro lugar, nunca estamos no mesmo lugar, pois ele não é parte do nosso horizonte nem de nenhum horizonte representável. O seu lugar é o invisível, ou tudo aquilo que se desvia do visível (ibidem).

É o efeito de desterritorialização do eu, ou do *nós*, provocado por práticas minoritárias, por movimentos moleculares, que é capaz de demonstrar a dimensão intransponível da distância contida no *entre* desta relação. É esta experiência de desterritorialização e reterritorialização dos lugares estabelecidos para *nós* e *eles*, que possibilita compreender como característica constituinte desta relação a heterogeneidade.

Nós nunca teremos os mesmos desejos que eles, nós nunca conseguiremos homogeneizar a nossa relação. Aliás, a potência desta relação, novamente amparados no comprometimento com uma vida não fascista, como propõe Foucault (DELEUZE; GUATTARI, 1972/2004), está justamente em um movimento de desindividualização, da afirmação da multiplicidade, da diferença e da singularidade.

Em uma dimensão macropolítica, temos as linhas molares de composição/segmentarização da extensão, que operam a partir do estabelecimento de “objetivos gerais”, de metodologias padronizadas, pela articulação com políticas públicas. Já nos seus fluxos moleculares, o que está em jogo é sempre a relação entre *nós* e *eles*, e os saberes estabelecidos e possíveis que podem vir a emergirem daí, as estratégias e as táticas assumidas por cada um dos envolvidos que compõem este campo em sua dimensão micropolítica.

Afirmar a impossibilidade de homogeneizar os sentidos destas práticas não é em absoluto dizer que não é possível a criação de um espaço comum para as mesmas. A extensão, como já foi dito, possui em sua dimensão micropolítica a capacidade de constituir alinhamentos em fluxos comuns, associar intenções múltiplas, objetivos singulares a partir de zonas de convergência.

Este caráter minoritário da extensão, que possibilita a composição de territórios éticos, políticos e afetivos, abertos a intersecções possíveis, se dá na medida em que agenciamentos façam convergir desejos nesta perspectiva. Deleuze e Guattari (1980/1999) afirmam que é o agenciamento que determina o que o desejo será, sendo que o segundo é inseparável do primeiro. Os agenciamentos, por sua vez, enquanto complexidade que se dá sempre em dimensões moleculares, vão moldando atitudes, perspectivas, posições, etc. O desejo, como resultado destas interações intensivas de agenciamento, é o que será capaz de compor zonas de convergência no campo da extensão.

É a partir deste cuidado ético permanente com estas relações, compreendendo-as desde sua dimensão macro e micropolítica, em seus fluxos afetivos, seus agenciamentos de desejos, que é possível constituirmos sentidos comuns para a extensão sem desconsiderar seu caráter múltiplo e heterogêneo.

4.3. Existem dimensões táticas e estratégicas nos comundo

Porém, há outra dimensão da relação entre *nós* e *eles* que deve ser pensada, a fim

de auxiliar-nos na compreensão destas práticas enquanto formas de resistência às capturas homogeneizantes das linhas molares da extensão.

Se toda e qualquer relação é necessariamente uma relação de poder, o que se altera de uma situação para outra é a forma da distribuição das forças estabelecidas nestas relações. É a partir de redes associativas, tramas discursivas complexas na composição dos saberes colocados, convergências de poder que se sustentam determinadas relações de dominação.

Vale lembrar também que estas relações de dominação são incapazes de se estabelecerem de forma unilateral, compreendendo que toda a relação é também relação de poder, e onde há poder, há resistência (FOUCAULT, 1988/2011). Neste sentido, a resistência por si só se dá como forma minoritária de exercício de poder, em dimensões moleculares.

As mulheres que trocam olhares cúmplices ao silenciosamente recusarem nossa intervenção na cena inicial exemplificam muito bem uma formação tática – modo de atuação política do homem ordinário - em um campo estratégico molar, composto por aparelhos de captura. Ou seja, esta é uma demonstração de uso do poder a partir da composição de relações minoritárias, de movimentos menores enquanto prática de resistência.

A potência dos homens ordinários está em sua capacidade de acoplamento, articulação e convergência de objetivos e desejos, em sua disposição para a mobilidade e o movimento. Tendo isso em vista, podemos afirmar que a potência da extensão em seus movimentos menores é a de permitir a abertura de relações e reações moleculares possíveis *entre* sujeitos, máquinas, instituições, etc.

Este caráter de composição da extensão através de linhas molares e fluxos moleculares, a coloca como peça chave tanto para movimentos de captura, quanto para práticas minoritárias de resistência. É a partir destas práticas que relações das mais variadas ordens podem vir a ser estabelecidas ou vetadas.

Novamente, saliento a importância de não cometermos o equívoco de compreender a dimensão molecular da extensão como algo de valor menor ou de tamanho pequeno. As práticas de resistência, as alianças estabelecidas, os agenciamentos

do desejo que estabelecem zonas de convergência na extensão estão em toda a parte. Com a distinção dos aspectos molares e moleculares destas práticas não se pretende fazer referência a um “inimigo maior imbatível” ou a uma “luta já perdida”.

De fato, a extensão em suas práticas menores deve ser compreendida de uma forma próxima à noção de resistência em Foucault. Em uma dimensão ética e estética, este autor afirma as práticas de si como a invenção permanente de si mesmo a partir da recusa do que somos (1993). Assim, podemos compreender as práticas de resistência em seu caráter positivo, desindividualizador, como movimento permanente de invenção de si. Constituímos-nos na medida em que estabelecemos modos de resistência, de recusa àquilo que insistentemente afirmam que somos. Dizer não a estas afirmações binarizantes, no campo dos saberes, dos desejos, dos afetos, das relações, etc., é constituir a si mesmo a partir de movimentos minoritários de resistência.

Devemos, portanto, situar a dimensão molecular da extensão também enquanto modo minoritário de produção de subjetividade, operando a partir de outra lógica. Estes movimentos minoritários são caracterizados por sua capacidade de gerar um *quanta* de desterritorialização e de fazer emergirem linhas de fuga que escapam das sobrecodificações molares.

É importante destacar aqui que uma linha de fuga por si só não deve ser compreendida como uma força positiva, pois estas podem ganhar atributos absolutamente destrutivos. Uma linha de fuga é sempre uma máquina de guerra, um fluxo mutante que pretende escapar e ao mesmo tempo perseverar. Eis o perigo de qualquer linha de fuga, quando a máquina de guerra perde sua potência desterritorializante e passa a operar para abolir, destruir (DELEUZE; GUATTARI, 1980/1999).

Os agenciamentos que traçam linhas de fuga, a passagem de fluxos mutantes, e toda a forma de criação operam pela tipologia de agenciamento máquina de guerra. Estes tipos de agenciamento não têm por objetivo a guerra, mas sim a emissão de coeficientes de desterritorialização (Ibidem), e neste sentido, este conceito se aproxima da perspectiva das práticas de resistência em Foucault.

A capacidade de produzir coeficientes de desterritorialização das linhas molares de composição da extensão, através de movimentos minoritários que redistribuem os

poderes estabelecidos é, portanto, exatamente a potência que identificamos nas práticas de resistência que podem vir a emergir destas práticas.

Foi possível evidenciar até então que nas mais variadas definições apresentadas até então, a extensão sempre é situada pela sua capacidade de constituir relações. Identificamos aqui conceitos de extensão “enquanto ponte entre universidade e sociedade”, como “fronteira entre o mundo real e o mundo acadêmico”, como “mediador da práxis social e acadêmica”. Aqui podemos resituar a extensão primeiramente como “extensões”, marcadas justamente por seu caráter múltiplo. Tais extensões, são caracterizadas também enquanto campo de disputa permanente de sua própria constituição, zona limite de coengendramento entre linhas de composição molares e fluxos moleculares que tensionam modos distintos de produção de subjetividade.

O desenho de um mapa das extensões passa necessariamente por estas redes associativas, bem como pelas zonas intensivas de capturas e resistências que podem vir a surgir nestas práticas. Este mapa pode esboçar a distribuição dos poderes estabelecidos entre universidade, comunidades, estado, mercado, capital.

Ainda, este mapa móvel das extensões é capaz de dar pistas acerca das linhas de fuga em seus devires desterritorializantes a partir destas relações possíveis. Ele pode dizer também da proliferação não linear de associações de saberes e afetos entre os diferentes sujeitos que compõem estas práticas.

Por fim, ele pode cartografar relações rizomáticas que agenciam desejos de resistência a partir de fluxos moleculares, bem como a possibilidade destes fazerem emergir linhas de fuga que escapem das sobrecodificações molares destas práticas. Tal mapa, composto a partir das relações estabelecidas e das relações possíveis na/em extensão, traz intrinsecamente um desenho da disposição dos poderes que constituem estas práticas. Contudo, mais importante que isso é o caráter movediço e dinâmico deste mapa, que evidencia a capacidade de fluidez contida nestas práticas, justamente pela necessidade de acompanhar os fluxos estabelecidos e possíveis nas mesmas.

4.4. Nossos encontros são acontecimentais

Por fim, faz-se necessário voltarmos-nos uma vez mais à relação entre universidade e comunidade, considerando que falar de extensão é sempre afirmar este vínculo como elemento central desta prática. Foi possível aqui identificarmos inúmeros aspectos acerca desta relação: constatamos que é a partir dela que se compõem práticas de captura e de resistência; identificamos que é neste jogo relacional, nas alianças ali estabelecidas, que conseguimos encontrar formas de reprodução de lógicas dominantes; ao mesmo tempo em que visualizamos movimentos potenciais para provocar rupturas nestas linhas duras da extensão.

Por conta desse lugar que as relações ocupam enquanto elemento constituinte das práticas de extensão, é que devemos acentuar um último aspecto acerca delas. O que define tais relações é o encontro e suas possibilidades.

Trago aqui sinteticamente a discussão resgatada por Deleuze em sua obra sobre Espinoza acerca da noção de encontro entre corpos. Para ele, é somente no encontro que o corpo se define, na intersecção de duas linhas, de movimentos e afectos, que conseguimos saber o que pode um corpo (1981/2002).

A linha do movimento diz respeito à velocidade, à lentidão e ao repouso, é na relação do movimento que se estabelece entre os corpos que começamos a defini-los (coordenada longitudinal). Já a linha dos afectos diz respeito aos efeitos do encontro entre dois corpos, o critério que o define é a potência que este possui para fazer agir (coordenada latitudinal). A Cinética da velocidade/lentidão, e a Dinâmica da energia/intensidade são as ciências destas linhas, respectivamente (DELEUZE, 1981/2002).

Foucault (1993) também fala de um corpo como superfície de registro, de marca dos acontecimentos, fazendo diluir o Eu, no sentido de uma “unidade substancial”. Ora, se a extensão traz como elemento chave as relações constituídas a partir dos encontros entre sujeitos é o corpo destes, enquanto superfície de registro, que perpassará os fluxos moleculares que compõem esta prática.

Há corpos em movimento na extensão, há constantemente corpos indo ao/de encontro um ao outro, formando intensidades relacionais potentes ou despotencializadoras. Nas mais variadas formas de composição desta prática, em suas infinitas possibilidades cinéticas e dinâmicas, que é possível identificar exemplos de como os corpos extensionistas vão em certa medida ganhando (e perdendo) forma, compondo e destituindo formações.

É a cinética e a dinâmica da extensão, seus elementos de composição molares e moleculares, longitudinais e latitudinais que são capazes de demonstrar o caráter constituinte deste encontro. Devemos buscar entender o encontro a partir de suas velocidades, intensidades e efeitos de produção. Suas aproximações e afastamentos, formações de alianças e recusas estabelecidas, cada elemento deste encontro expressa sentidos possíveis de uma prática específica.

Deleuze utiliza estas ferramentas conceituais para pensar a potência de um corpo, a partir da pergunta “o que pode um corpo?” (1981/2002). Para esta investigação, a pergunta que cabe ser feita diz respeito aos efeitos de produção deste poder do corpo, recolocado no contexto da extensão, para compreendermos enfim “o que pode um encontro?”.

Sem a pretensão de dar respostas, poderíamos conjecturar que este encontro, como já foi constatado, guarda em si “todas as possibilidades do mundo”, ou, “infinitas possibilidades de mundo”. A afirmação do encontro a partir de seu caráter constituinte possui o intuito de demonstrar que a forma como este irá se estabelecer é que dirá de que prática estamos falando. Se a extensão possui infinitas possibilidades, é o encontro entre universidade e comunidade que dará as coordenadas de abertura e fechamento destas possibilidades em sua dimensão constitutiva.

O encontro em extensão, portanto, possui um caráter acontecimental. Resgatemos aqui a dimensão ontológica que Lazzarato dá para a noção de acontecimento, considerando que é através deste que mundos possíveis podem vir a ser efetuados (2006).

Para este autor, o acontecimento é uma abertura caracterizada pela multiplicidade, e é neste processo que se afirma a sua dimensão ontológica, a partir da disputa dada neste processo pela efetuação de mundos possíveis. Esta abertura para a efetuação de possíveis

sempre se dá no acontecimento, que por sua vez, é marcado por seu caráter imprevisível e arriscado (Ibidem).

O acontecimento, portanto, pode ser compreendido a partir do agenciamento de expressão (enunciação) dos possíveis e do agenciamento corporal (maquínico) de efetuação. O agenciamento de expressão não se reduz a formas, palavras, significantes etc., mas sim ao conjunto de enunciados, aos distintos regimes de signos, indo além do sujeito e da linguagem (ibidem).

Já o agenciamento maquínico, refere-se a uma mistura dos corpos em uma determinada sociedade, suas atrações e repulsões, alianças e diferenças, simpatias e antipatias, etc. Ambos os agenciamentos são multiplicidades, heterogeneidades que não são atribuídas a um sujeito ou objeto. Pelo contrário, há uma primazia do agenciamento coletivo de enunciação sobre o sujeito, assim como da máquina social sobre o objeto (ibidem).

O encontro-acontecimento em extensão, expresso nas alianças, recusas e denegações, as forças em jogo neste campo, os “extensionamentos” estabelecidos nestas práticas, dizem respeito a esta disputa pela efetuação de extensões possíveis. A extensão é marcada por disputas permanentes de constituição dela mesma, as próprias linhas duras da extensão permanecem constantemente em disputa no contexto macropolítico destas práticas. Portanto, devemos evidenciar a dimensão ontológica do encontro entre universidade e comunidade, marcado sempre por sua condição acontecimental.

Um mundo é uma multiplicidade de relações que não dependem de uma essência, mas de um acontecimento. As relações pressupõem o acontecimento, que, como já vimos, age transformando o sentir, ou seja, os desejos, as crenças, os afetos [...] (LAZZARATO, 2006, p. 32).

Lazzarato apresenta a noção de virtual imanente ao mundo, sendo ele parte incorporal de nossa realidade, diferenciando-se, portanto, *realmente* do atual. Neste sentido, o problema da efetuação de mundos possíveis estaria na produção do novo, na promoção de agenciamentos de atualização diferenciais e suas efetuações (2006).

É justamente neste problema que se evidencia a possibilidade de uma extensão

minoritária. É a partir dos movimentos moleculares possíveis de serem provocados por dentro de um encontro-acontecimento, que linhas molares da extensão podem ser desterritorializadas.

Ao mesmo tempo, as linhas duras da extensão operam constantemente no esforço de neutralizar o acontecimento, procurando domesticá-lo, reduzindo seu coeficiente de imprevisibilidade. Esta extensão molar, da produção do Mesmo, trabalha na perspectiva de tornar previsível o caráter aberto das relações, destituindo-as de seu grau de produção de novidade.

Lazzarato associa este modo de funcionamento com as filosofias do sujeito - as quais associamos, em um momento anterior, ao modelo freiriano de extensão. Segundo Lazzarato, “no território das máquinas de expressão, temos o conflito entre o processo constitutivo pensado a partir do acontecimento e o processo constitutivo pensado a partir do sujeito.” (2006, p. 156).

Para pensar este conflito, Lazzarato retoma com Bakhtin a ideia de que o ser é atualidade e virtualidade, e que a ação da palavra, dada sempre na relação *eu/outro*, participa da atualização do acontecimento, destituindo aquilo que estava instituído, abrindo-se a partir do desejo ao devir, à novidade (2006).

Nesse sentido, a relação *eu/outro*, carregada de valores diferenciais, é que guarda o caráter criativo do acontecimento, estando aí seu excedente, sua possibilidade de produção de diferença. Neste sentido, não é nem o *eu* nem o *outro* que constitui o ser, mas esta relação acontecimental que precede a ambos (Ibidem).

A imprevisibilidade de definição de quais movimentos micropolíticos são possíveis emergir, bem como o caráter arriscado que está contido na impossibilidade de prever qual forma uma linha de fuga pode tomar, é que marcam os movimentos minoritários em extensão. Quando Deleuze e Guattari construíram esta noção de literatura menor, eles a afirmaram como sendo eminentemente política e por operar a partir da desterritorialização de uma língua maior (1977).

Considerando esta perspectiva, a dimensão molecular da extensão pode ser compreendida como o movimento que faz proliferar encontros desterritorializantes das suas linhas duras. Estes movimentos moleculares não podem ser, eles estão sempre por

vir, em processos intensivos de desterritorialização da molaridade da extensão.

Esta dimensão minoritária extensionista, produto de encontros acidentais, expressa a constante viabilidade de emergirem extensões possíveis. A potência de seu aspecto molecular está na possibilidade de fazer surgir agenciamentos de desejos “extensionalizantes”, de constituir outras relações nestas práticas, redistribuindo o poder nestas de um modo não fascista, múltiplo, aberto, heterogêneo, singular, comum.

5. UMA POSSÍVEL FINALIZAÇÃO DESTA ANÁLISE

Há alguns anos atrás, Viveiros de Castro (2002) afirmou que a universidade está chegando ao seu fim na forma como a conhecemos. O antropólogo salienta que a infiltração cada vez maior de uma lógica mercantil nestas instituições tem demonstrado a proximidade cada vez maior de um triste final desta instituição.

De fato, as discussões que permearam a investigação realizada aqui, cujo resultado é este trabalho, demonstram que nas mais diversas dimensões das práticas que compõem extensões, e por consequência universidades, é possível evidenciarmos enfrentamentos políticos que estão diretamente atravessados por agenciamentos capitalísticos que cerceiam nossas vidas. As extensões e as universidades, como qualquer outra “instituição”, parecem estar imersas neste enredamento de dispositivos das mais variadas ordens, que se correlacionam a certo projeto de dominação capitalista.

Tais características das condições constitutivas das extensões demonstram o quanto essa prática é afetada e faz afetar por maquinações de natureza capitalística. Indiferente à abordagem dada, à perspectiva epistemológica utilizada e à estratégia política assumida, o que está em jogo é o quanto somos capazes de resistir aos modos de produção de subjetividade capitalísticos, que buscam nos capturar por toda a parte.

Mas, ao que parece, a luta mais difícil de ser travada, já apontava Guattari (1981/1985), é aquela que se dá diante das infiltrações da lógica dominante em nós mesmos, a partir de tudo o que reproduzimos quase que passivamente acerca de “objetos institucionais alienantes”. Novamente devemos salientar, é muito fácil apontarmos as armas para os grandes aparelhos de captura do capital, difícil mesmo é denunciarmos os fascismos que alimentamos em nós mesmos (DELEUZE; GUATTARI, 1980/1999) e que, associados com certa cumplicidade a estes dispositivos molares, estabelecem modos de dominação.

Nesta perspectiva, entendo que as reflexões realizadas neste trabalho

identificaram aspectos das práticas de extensão capazes de demonstrar algumas das nossas próprias contribuições para estarmos chegando a este “fim”.

Ou, melhor ainda, por este estudo ter se preocupado menos com a questão de qual fim terá a extensão e a universidade, e mais com a forma que tem se dado os processos por dentro destas práticas, acabamos nos deparando com outras questões.

Primeiramente, a ideia de que analisarmos estas práticas a partir do seu fim - seja no sentido de qual seria a finalidade das mesmas, como do lugar ao qual estas nos levarão – talvez não fosse a melhor abordagem a ser realizada. Ao contrário, com uma inspiração foucaultiana, consideramos que para compreendermos uma prática é preciso ir além da sua finalidade formal, e neste sentido, devemos nos perguntar qual seria a finalidade desta universidade que está sendo “perdida”, e se esta função por si só é capaz de explicá-la.

Este interesse voltado para os processos em acontecimento na extensão nos levaram ainda a uma outra questão, que diz respeito à impossibilidade de prevermos o que estas práticas são capazes de produzir. Ao mesmo tempo em que foi possível encontrarmos linhas duras da extensão segmentarizando este lugar, na mesma medida, fomos capazes de acompanhar fluxos moleculares pervertendo a molaridade destas práticas.

Este enredamento entre linhas molares e fluxos moleculares expressos nas práticas de extensão demonstra que estas estão sempre em um processo constitutivo. Este caráter constituinte se dá através dos dispositivos de captura estabelecidos aí, bem como a partir das práticas de resistência que constantemente emergem deste contexto. De fato, o que parece compor extensões nas formas em que ela se manifesta são os encontros relacionais estabelecidos entre universidade e comunidade, dados em movimentos macro e micropolíticos. Esta é a extensão acontecimental a qual nos referimos durante todo o trabalho, que tem sua potência na capacidade de extensionar encontros.

Desta forma, parece ser preciso recolocar a questão de um fim da universidade, para uma perspectiva que nos direcione ao caráter eminentemente processual e constitutivo das práticas que compõem esta instituição. São as próprias práticas da universidade que a compõem.

As extensões caracterizam-se por esta capacidade de estar incessantemente

interconectando sujeitos, instituições, percepções, desejos, etc. A extensão em seu caráter acontecimental, é um fluxo aberto por onde passam os mais variados agenciamentos maquínicos que, por sua vez, vão compondo linhas duras, linhas de fuga, centros de força, alianças de poder, etc.

Esta outra perspectiva acerca da condição da universidade nos leva a pensar que esta instituição se encontra em disputa, que nossas práticas cotidianas são a potência e a impotência desta luta. Dessa forma, é possível afirmar que aquilo que em uma perspectiva caracteriza-se como o “fim” da universidade como a conhecemos, de outro ponto de vista é sinal de movimento nessa disputa, que a distribuição de forças neste campo está sendo alterada e que é preciso agir, nos recolocando em uma nova condição.

Podemos nos perguntar também se nós mesmos não deveríamos pretender este “fim”. Não necessariamente o mesmo fim, mas considerando-o como sinal de movimento, de produção de linhas de fuga, talvez um outro fim. Desterritorializar linhas molares para conseguir escapar das sobrecodificações segmentarizantes, movimentar-se sob um fluxo ainda descodificado a fim de reterritorializar-se em outras condições.

Talvez este seja precisamente o achado desta investigação: aceitemos o risco da imprevisibilidade das nossas práticas, saibamos evitar necessidades de segurança e de sustentação em demasia. A desterritorialização, o surgimento de fissuras em estruturas que por muito tempo encontraram-se bastante sólidas, as rupturas com tudo aquilo que estava estabelecido, todos esses são movimentos imanentes ao acontecimento.

Sim, a universidade tem sido até aqui “o lugar onde todas as formas de tyrannizar e de insensibilizar acharam a cátedra que as ditasse” (1918, s.p.), como afirmaram os estudantes grevistas de Córdoba há quase cem anos atrás. Porém, estes mesmos universitários - que poderiam muito bem ter sido extensionistas - afirmaram que a vitalidade dos “organismos universitários” é fruto do “alento da periodicidade revolucionária.” (Ibidem).

Pois bem, se é este o movimento constituinte de extensões e universidades, que a revolução então seja molecular. Que ela esteja aberta à multiplicidade, à singularidade dos modos de vida universitários e comunitários, Que a heterogeneidade seja sempre a marca dos movimentos minoritários nas práticas de extensão e na universidade como um

todo. E que nós, universitários, consigamos sempre operar com uma necessária ética não fascista, capaz de operar em uma perspectiva desindividualizante.

Conspirar quer dizer respirar junto, e é disso que somos acusados; eles querem nos impedir de respirar porque nós nos recusamos violentamente a respirar em seus locais de trabalho asfixiantes, em suas relações individuais, familiares, em suas casas atomizantes. Há um atentado que confesso ter cometido. É o atentado contra a separação da vida e do desejo [...] (GUATTARI, 1981/1985, p. 59).

Que sejamos sempre capazes de conspirarmos em nossas práticas extensionistas, e que os movimentos de resistência dentro destas sigam sendo capazes de realizar atentados aos saberes asfixiantes que se queiram hegemônicos. Ainda, que os modos de vida que compõem os encontros entre universidade e comunidade estejam sempre conectados aos desejos destes sujeitos.

Por fim, saliento que encerrar este trabalho nada tem a ver com encerrar a questão levantada aqui. A pesquisa, nos termos da formalidade acadêmica termina aqui, porém as inquietações suscitadas por esta jornada provocarão ainda muitos desdobramentos.

6. REFERÊNCIAS

BARROS, E. F.; VALDÉS, H.; BORDABEHERE, I. C.; SAYAGO, G.; CASTELLANOS, A.; MÉNDEZ, L. M.; BAZANTE, J. L.; MACEDA, C. G.; MOLINA, J.; PINTO, C. S.; BIAGOSH, E. R.; NIGRO, A. J.; SAIBENE, N. J.; ALLENDE, A. M.; GARZÓN, E. **Da Juventude Argentina de Córdoba aos Homens Livres da América: Manifesto de Córdoba.** 1918. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/10/399447.shtml>. Acesso em: 12. nov. 2015.

BLANCHOT, M. **A Conversa Infinita: A palavra no plural.** São Paulo: Escuta, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.881, de 12 de Novembro de 2013.** Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 12 nov. 2015.

CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C. **A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade.** 2007. Disponível em: <http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/viewPDFInterstitial/207/205>. Acesso em: 12 nov. 2015.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda. 3ª ed. 1998.

DELEUZE, G. Espinosa: **Filosofia prática.** São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia.** Volume I. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia.** Volume III. São Paulo: Editora 34,1999.

_____. **O Anti Édipo: Capitalismo e esquizofrenia.** Lisboa: Editora Assírio & Alvim,

2004.

_____. **Kafka: por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda. 1977.

DERRIDA, J. **O olho da universidade**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

DE PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces - Revista de Extensão*, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

FILHO, K. P.; Historicizar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C.; (org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012. P 125 a 126.

FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C.; (org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Amazonas, 2012.

_____. **O Plano Nacional de Extensão Universitária**. Coleção Extensão universitária. Rede Nacional de Extensão. 2011. Disponível em: http://www.renex.org.br/index.php?ption=com_content&view=article&id=45&Itemid=20. Acesso em: 12 nov. 2015.

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS. **Gestão e a avaliação da extensão: um desafio para a comunidade acadêmica**. Florianópolis, SC: 2002.

_____. **Extensão Nas Instituições Comunitárias De Ensino Superior: Referências para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES**. XX Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições Comunitárias. FOREXT, 2013.

_____. **Carta de João Pessoa**. Minas Gerais: FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1993.

_____. **Segurança, Território e População**. Martins Fontes, 2008.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 2002.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2011.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª edição, 1982.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular: Pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

LAZZARATO, M. **As revoluções do capitalismo: A política no império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Signos, Máquinas, Subjetividades**. São Paulo: Edições SESC/n-1 edições, 2014.

LOBO, L. F.; **Pesquisar: A Genealogia de Michel Foucault**. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C.; (org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012. P. 13 a 19.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1997

MELO NETO, J. F. de. Extensão Universitária: **Diálogos populares**. Biblioteca Virtual do Programa de Educação em Direitos Humanos – Universidade Estadual do Sudeste da Bahia, 2014.

MENDES, J. E.; CARVALHO, S. M. G. de. Extensão Universitária: compromisso social, resistência e produção de conhecimentos. **Interface: a journal for and about social movements**. Vol. 1, (1):79 – 104. Aprovado em janeiro de 2009.

MOEHLECKE, V. Oficinar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C.; (org.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012. P. 167 a 170.

NEGRI, A.; HARDT M. **Império**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Modos de Existência** (mesa de debate). Seminário Informação, tecnicidade, individuação: a urgência do pensamentos de Gilbert Simondon. Campinas, 2012. Disponível em: . Acesso em: 12 nov. 2015.

WEBER, M. **A ética protestante e a origem do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.